

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

Brasília- DF 03/2012

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	7
Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067	11
INTRODUÇÃO.....	18
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010)	19
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	20
2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2)	21
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II)	21
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b)	22
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	22
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	26
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	27
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	28
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)	29
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	29
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	42
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	60
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	69
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	71
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	74
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo	79
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	89
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo	93
2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	96
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	101
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	101
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	102
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	103
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	104
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	105
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	107
2.5 INDICADORES INSTITUCIONAIS	111

3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	119
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	120
4.1	Análise Crítica	121
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	122
5.1	Composição do Quadro de servidores ativos.....	122
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	127
5.3	Composição do Quadro de Estagiários.....	129
5.4	Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada	130
5.5	Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada	132
5.6	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	135
5.7	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	137
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	138
6.1	Transferências efetuadas no exercício	138
6.2	Análise Crítica	144
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	145
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.	146
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	147
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)	149
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)	151
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	151
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	154
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	156
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.....	159
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	160
16.	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno	164
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão	166
17.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	168
	Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	169

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	169
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	170

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	20
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado.....	99
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	101
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.	102
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	103
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.	104
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa	105
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.	107
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	108
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	109
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	119
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	120
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011	122
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011.....	123
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	124
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	125
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	126
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	127
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	128
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	129
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	130
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	132
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados	133
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.....	135
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	136
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.	138
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	140
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	141
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	142
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	143
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	145
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	146
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.	147
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	149
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	151
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	152

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.	153
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.	154
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs	156
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).	156
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício Erro! Indicador não definido.	
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	161
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	162
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	163
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	164
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	165
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	166
Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	167

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE DECLARAÇÕES

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

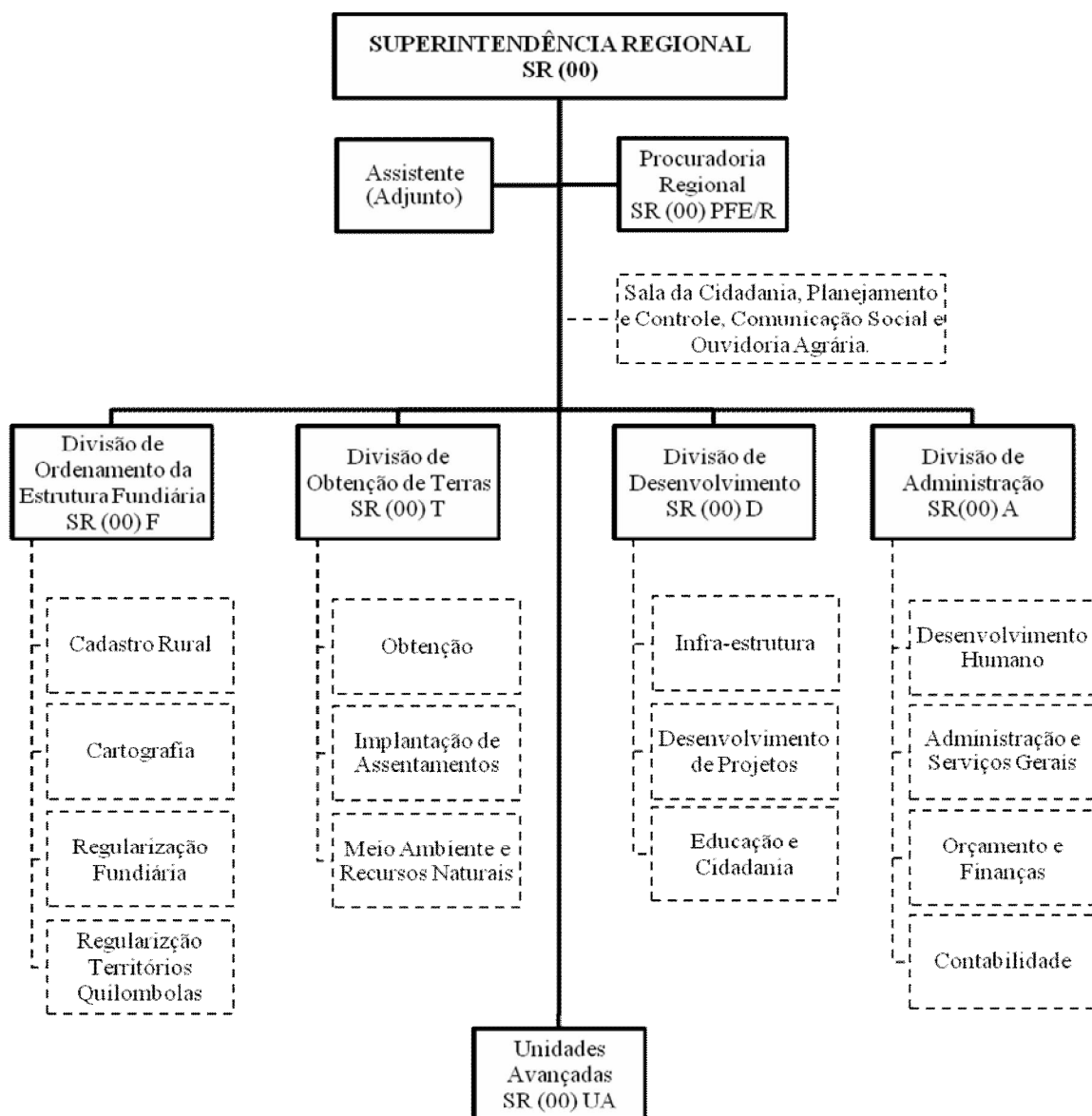
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR (28) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (28)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse

da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR (28) PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR (28)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a

destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintração; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR (28)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintração de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR (28)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR (28) A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal,

despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA (28)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de

ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(28)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(28)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 Individual do INCRA...

A Constituição Federal outorgou à União, por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA a missão de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184, CF).

Nesse pórtico, a razão de existência do INCRA, traduzida nas suas diretrizes estratégicas, incorpora duas importantes vertentes. A responsabilidade de executar a Política de Reforma Agrária, que compreende um conjunto de medidas voltadas para a promoção da melhor distribuição da terra e, simultaneamente, gerenciar a estrutura fundiária nacional, a partir do conhecimento da concentração, regime de domínio, posse e uso da terra e da fiscalização da função social da propriedade.

As responsabilidades institucionais da UJ são definidas mediante a declaração de dois componentes, quais sejam: Competência Institucional e Objetivos Estratégicos.

A Competência Institucional corresponde às atribuições da UJ, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

Os objetivos estratégicos, por sua vez, correspondem aos objetivos que a UJ busca atingir, durante o exercício, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições.

Ao informar esses dois componentes, a UJ deve apresentar, além de suas intenções, a síntese de suas realizações, comentando os sucessos e impactos positivos de sua atuação, assim como evidenciar os aprendizados adquiridos e superações conquistadas em relação aos percalços e dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos ao longo do exercício.

Em síntese, o objetivo essencial do texto a ser elaborado neste tópico do Relatório de Gestão é introduzir as competências da UJ, seus objetivos e realizações, antecipando, em linhas gerais, os conteúdos que serão detalhados nos tópicos seguintes do Relatório.

**PARTE "A" – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE
GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010)**

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA SR28-DFE			
Código SIORG: 29008	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 133088	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3462-3945	(061) 3462-3990	
E-mail: www.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: SIATRECHO 01-LOTES 1730/1760- BLOCO D e E e PAB, CEP 71.200-010			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei 1.110 de 09 de julho de 1970 revigorado pelo Decreto Legislativo 02/89			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
133088	37201		

2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2)

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas. (alínea a, I e II)

A Constituição Federal outorgou à União, por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA a missão de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184, CF).

Nesse sentido, a razão de existência do INCRA, traduzida nas suas diretrizes estratégicas, incorpora duas importantes vertentes. A responsabilidade de executar a Política de Reforma Agrária, que compreende um conjunto de medidas voltadas para a promoção da melhor distribuição da terra e, simultaneamente, gerenciar a estrutura fundiária nacional, a partir do conhecimento da concentração, regime de domínio, posse e uso da terra e da fiscalização da função social da propriedade.

As diretrizes estratégicas do INCRA estão definidas no Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, onde constam bem definidos os espectros de abrangência de cada Regional.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais. (alínea b)

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As atividades desenvolvidas por esta Divisão ao longo do ano de 2011, ficou bastante comprometida com a falta de recursos financeiros e de pessoal para desenvolver as diversas ações que compõe o Ordenamento Fundiário. É importante salientar que algumas ações estão acontecendo com grande volume vistorias e que por isso atravessam anos de exercício sem a devida conclusão, como está acontecendo com a Regularização Fundiária e Implantação de Territórios Kalunga / Quilombola.

Desta forma relatamos:

1. PICAG – Projeto Integrado de Colonização Alexandre de Gusmão – processo 54700.000958/2008-06, que trata da regularização de aproximadamente 920 (novecentos e vinte) chácaras, além de doação de núcleos urbanos para o GDF e entidades filantrópicas, conforme estabelece em Lei. Foi criado Grupo de Trabalho, através da Portaria nº65/08, para realização desta pauta. A capacidade operacional de nossa Superintendência é pequena, daí a diminuta realização de apenas 27 títulos, e, outros 45 títulos prontos para expedição, porém, e em razão deste ponto estabelecemos parceria com órgãos do GDF, principalmente a EMATER, para realização das vistorias agrônomicas o que proporcionou a conclusão de aproximadamente 350 novos títulos que até junho de 2012 estarão em fase final de instrução processual.

- PIPIRIPAU / DF, fazenda do GDF, processo 54700.000670/2008-23, que trata da criação do Projeto de Assentamento Oziel Alves II, pauta do MST. Imóvel teve sua transferência para a União de forma precária, cabendo ao INCRA finalizar o processo de certificação e inclusão no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais que por sua vez espera análise da cadeia dominial deste imóvel.

- SALVIA / DF, fazenda da União, área transferida para o INCRA, porém com problemas ambientais, o que condicionou a um relatório técnico do Grupo de Trabalho constituído por servidores de órgãos do GDF e INCRA, em fase final de criação do Projeto de Assentamento.

- PALMA / RODEADOR – DF, fazendas da União, certificadas, e, em fase de registro imobiliário para destinação das glebas com fins de regularização fundiária, conforme sentença judicial. Os imóveis objetos de regularização fundiária foram cadastrados, mapeados e aguarda transferência para o INCRA.

2. Programa Brasil Quilombola

- Sítio Histórico Kalunga / Quilombola, localizado nos municípios de Cavalcante/GO, Teresina/GO e Monte Alegre/GO, com área de 253.191,72 há, processo nº54700.001287/2008-92. Foram formalizados aproximadamente 400 processos administrativos, onde a criação do Grupo de Trabalho junto a sede do INCRA, criou-se a uma força tarefa para vistorias e análises das Cadeias Sucessórias, alguns aguardando complementação de documentos, e, 13 com cadeia dominial conclusa, vistoria finalizada e relatório de avaliação em fase final.

Processo 54700.000956/2006-47 - Família Magalhães (Nova Roma-GO)

- No dia 10 de março de 2011 foi encaminhado ao INCRA (Sede) o Kit "Conjunto Portaria" para edição e publicação da Portaria de Reconhecimento do Território pelo Presidente do INCRA. Aguardaremos a publicação da portaria para posterior preparação do Kit "Conjunto Decreto" visando a assinatura do Decreto pela Presidência da República.

- Após a decretação da área como interesse social iniciará as vistorias e avaliações de todos os imóveis particulares incidentes no território da comunidade.

Processo 54700.002573/2007-94 - Baco Pari (Posse - GO)

- Houve a publicação da Portaria de Reconhecimento pelo Presidente do INCRA. Esta Superintendência encaminhou ao INCRA (Sede) o Kit Conjunto Decreto e aguardo a publicação do Decreto pela Presidência da República.

Após a decretação da área como interesse social iniciará as vistorias e avaliações de todos os imóveis particulares incidentes no território da comunidade.

Processo 54700.001261/2006-82 - Mesquita (Cidade Ocidental-GO)

- O RTID foi publicado e está em fase de contestação. Serão necessárias ainda algumas visitas à comunidade para conclusão dos trabalhos.

Processo 54700.000691/2008-49 - Distrito do Forte (São João da Aliança - GO)

- Deverá começar em 2012 os trabalhos para realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território da Comunidade de Distrito do Forte em São João da Aliança.

3. Programa Georreferenciamento

- O Comitê Regional de Certificação foi alterado para promover uma maior interação dos técnicos com a Lei 10.267/01 e Dec. 4.449/03, uma vez que tal procedimento dará mais transparência às análises dos trabalhos apresentados pelos profissionais credenciados, além de diminuir consideravelmente a demanda existente de aproximadamente seiscentos processos. Neste ano foram analisados 700 processos e Certificados 635, totalizando uma área de 469.600,82 ha.

- Para o Território da Cidadania Águas Emendadas, foi elaborado processo administrativo nº54700.001659/2009-61, que solicita contratação de empresas por licitação para georreferenciar projetos de assentamentos desta Superintendência Regional com intuito de atualizar os trabalhos topográficos de acordo com a Lei 10.267/01 (Edital na praça). Ao todo serão licitados 23 Projetos de Assentamento, com total de 2.173 (dois mil, cento e setenta e três) parcelas.

4. Programa Topografia

- Especificamente são atendidas todas as pautas negociadas com relação aos problemas nos assentamentos, como relocação de marcos nas parcelas, colocação de marcos de orientação para construção de cercas, divisão de áreas comunitárias pra locação de templos religiosos, poços de saúde, etc., dentre outros. Este é um programa que gera diversas ações de campo, exigindo do INCRA a constante ida aos Projetos de Assentamento, diminuindo a distância com os movimentos sociais. Atualmente existem vários problemas nos Projetos de Assentamento, muitos registrados em Atas de reunião na Superintendência, gerando um acúmulo de trabalho.

5. Programa Cadastro Rural

- O Serviço de Cadastro de Imóveis Rurais nesta regional atua com 19 UMC's, além da própria Superintendência, e, neste ano totalizou 3.348 (três mil, trezentos e quarenta e oito) transcrições/recepções de formulários; nas emissões de CCIR foram totalizados 2.800 (dois mil e oitocentos) unidades; foram lançados cento e cinco imóveis certificados no sistema. Para este feito, trabalham atualmente dois fiscais de cadastro, um técnico de cadastro e uma servidora terceirizada.

- Existem aproximadamente 1800 (Hum mil e setecentos) cadastros oriundos da Ação Discriminatória / demarcatória dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte alegre, em Goiás, que dependem de todo procedimento para liberação do CCIR, liberados pela Agência Rural, hoje, aguardando servidores para proceder a análise e transcrição no SNCR desses cadastros. Ocorre que o efetivo de funcionários não dará condições de atender esta demanda, o que nos levará a adotar algumas medidas para resolver esta ação: Conclusão do curso para implantação de novas UMC's; Contratação de

mais dois servidores terceirizados; Há necessidade de deslocar servidores de outras Regionais para atendimentos de toda esta demanda.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O ano de 2011 iniciou-se com algumas incertezas em função das mudanças na Direção Presidencial do País, e que culminaram com alterações na gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do INCRA. Esse quadro atrasou um pouco o andamento de alguns processos, especialmente pelo retardamento na descentralização de recursos. Algumas medidas de contingenciamento e redução de gastos, como a limitação de diárias por servidor afetaram o andamento dos trabalhos da Divisão, tendo em vista a carência de pessoal, e o fato de que a maior parte das ações exigem trabalhos de campo. A falta de pessoal e a necessidade de recorrer ao empréstimo de servidores de outras superintendências oneraram as metas físicas. Por isso, procurou-se priorizar, nas vistorias, os processos com maior possibilidade de assertiva, ou seja, maior possibilidade de concretizar e finalizar os processos de aquisição por compra ou desapropriação, sempre levando em conta também, as demandas e pautas sociais.

Apesar das dificuldades, foi possível assinalar um expressivo resultado nos processos finais de obtenção de terras, traduzido em várias concretizações de aquisição por compra e desapropriação, além de outros cujos recursos para pagamento de benfeitorias foram incluídos no orçamento, aguardando apenas a expedição de TDAs para ajuizamento das ações, que poderão ocorrer no início do próximo ano. Com isso, foi possível um significativo avanço em algumas áreas consideradas emblemáticas, com demanda social reprimida e com riscos de perda do Processo. Citam-se aqui, as Fazendas “Forquilha” e “Piau”, localizadas em Unai – MG, e “Fazendinha”, em Cocalzinho de Goiás. Em razão disso, apesar dos resultados obtidos no ano de 2011 quanto à aquisição de imóveis não terem sido totalmente traduzidos em metas de assentamento nesse mesmo exercício de 2011, em função do tempo, deverão repercutir nas metas para o próximo ano, 2012.

Na área de licenciamento ambiental, um impedimento judicial que impedia a obtenção de Autorizações Ambientais para empreendimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares frustrou sobremaneira as expectativas de metas físicas esperadas para regularização dos assentamentos de Minas Gerais, repercutindo drasticamente na execução das metas globais. Nesse sentido, a Superintendência realizou gestões junto à SEMAD - MG – Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, e junto ao Ministério Público, com intuito de reverter esta situação. O resultado, apesar de não aparecer nas metas físicas, foi muito positivo, pois o Ministério Público peticionou ao Juiz, a reformulação da sentença liminar, excluindo e desembaraçando as áreas de assentamento. Outro aspecto muito relevante foi o significativo avanço com relação a expedição de licenças que haviam sido protocoladas em anos anteriores, mediante uma gestão pontual junto aos órgãos ambientais para resolver as pendências existentes. Com isso, várias situações emblemáticas nesse aspecto, com demandas reprimidas há vários anos também foram resolvidas. Citam-se, por exemplo, 5 (cinco) assentamentos criados, cujas áreas haviam sido obtidas em 2008 e 2009, e até o momento aguardavam o licenciamento. É o caso da Fazenda “Monjolo”, no Distrito Federal, Fazenda “Fala Verdade” em Unai -MG, e as Fazendas “Santo Expedito/Fetal” e “Gado Bravo/Formosinha”, em Buritis - MG.

Nas ações que tratam da desintrusão de não quilombolas, no Território Kalunga, a grande dificuldade que tem emperrado o processo diz respeito à dificuldade de fechamento das cadeias dominiais, somada e relacionada à Ações Discriminatórias do Estado de Goiás, e inúmeras sobreposições de matrículas.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Iniciou-se os trabalhos por meio de reuniões com dos diversos Movimentos Sociais em suas áreas de atuação, para explanação da metodologia de trabalho implantada para realização dos trabalhos de campo, já iniciados no final de 2010, para levantar a demanda ainda a ser executada, e para priorizar as ações em virtude do corte orçamentário, e do escasso número de servidores da Divisão. Foi mantida como carro-chefe a aplicação do Crédito Instalação, em suas diversas modalidades, para que os assentados iniciem com a maior brevidade possível as atividades produtivas e saiam da situação precária de moradia.

Considerando, ainda, a grande demanda de serviço da Divisão e a escassez de recursos humanos, bem como, para otimizar a utilização dos recursos de Gestão e Administração dos Programas, a jurisdição da Superintendência foi dividida em 12 (doze) pólos regionais, que passaram a ser atendido, cada um, por uma equipe de 03 (três) servidores, os quais realizam todas as atividades de campo relativas à todas as ações desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento, incluindo vistorias, supervisões, fiscalização e monitoramento. A base deste planejamento é a aplicação do Crédito Instalação, uma vez que será a aplicação deste crédito que efetivamente garantirá a permanência das famílias assentadas no campo, permitindo-lhes o desenvolvimento produtivo e sua subsistência.

Deve ser destacado que um dos maiores entrave na realização dos trabalhos da Divisão de Desenvolvimento diz respeito à insuficiência de corpo técnico. Na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ocorre a execução das Ações 8396, 4320, 4358, 0427, 2272 do Programa 0137, Ações 4474, 8370 e 2272 do Programa 1350, e Ações 4470 e 2272 do Programa 1427, sendo que há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida. Possui-se tão somente 53 (cinquenta e três) servidores, dois quais 08 (oito) são funcionários terceirizados, 08 (oito) são Agentes de Portaria, 02 (dois) são Auxiliares de Administração, 24 (vinte e quatro) são Assistentes de Administração, 05 (cinco) são Técnicos Agrícolas, 01 (um) é Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 01 (um) é Técnico em Educação, 01 (um) é Engenheiro Agrônomo, 02 (dois) são Engenheiros Civis, e 01 é Analista Administrativo. Sendo que houve uma aposentadoria e mais um pedido de vacância para assumir em outro concurso.

Além da à influência recebida pela SR-28/DFE em suas atividades, pelos Movimentos Sociais, acabaram prejudicando o planejamento, uma vez que a disputa/rivalidade entre estes Movimentos quando atuam em uma mesma região ou Projeto de Assentamento, acarreta em pressão para atendimento de suas demandas específicas, em detrimento de outros Movimentos Sociais, exigindo, assim, que a Superintendência constantemente altere suas prioridades, visto que todos os Movimentos consideram as suas demandas prioritárias. Esteve presente também o corte orçamentário que em algumas ações chegou a um corte de mais de 50% (cinquenta por cento), bem como a divulgação e a descentralização tardia dos recursos orçamentários, que ocorreram em meados de junho.

A obtenção de Licença de Instalação e Operação (LIO) dos Projetos de Assentamento continua sendo uma preocupação constante na maioria das ações desempenhadas, principalmente em função do grande número de Projetos de Assentamento antigos sem a devida licença ambiental, o que os impede de acessar o crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Deste modo atuou-se intensamente na realização de Chamada Pública para a contratação de serviços de assistência técnica, a fim de que estes possam contribuir na agilização dos estudos necessários à emissão da LIO. Além disso, o posicionamento do TCU quanto à ausência de Licença de Instalação e Operação (LIO) nos Projetos de Assentamento influenciou diretamente os trabalhos realizados, dando-se maior ênfase à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), para posterior encaminhamento do pedido de LIO ao órgão ambiental.

Vale ressaltar que ainda permanecem alguns problemas com material de consumo e permanente. Os recursos destinados para a aquisição destes materiais é insuficiente diante da demanda da SR-28/DFE. Necessita-se de impressoras, máquinas fotográficas, GPS's, notebooks, entre outros. Quanto ao material de consumo, alguns materiais fornecidos pelas empresas licitadas comumente são de baixa qualidade, o que também prejudica o serviço, pode-se citar em especial grampeadores e canetas. Além disso, também há a insuficiência de veículos oficiais, e recursos para a realização de deslocamentos ao campo, que constituem a base do trabalho desta Divisão, como diárias, combustível, manutenção de veículos, e locação de veículos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Continua sendo um fator de alta relevância o término da nova sede da SR-28/DFE, o que, após a mudança, propiciará dias melhores na questão de instalações adequadas ao quadro funcional desta Autarquia, sem contar na previsão de economia anual de mais ou menos R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) aos cofres públicos, gastos com aluguel;

Em 2011 novamente foi um ano atípico, pois, com a continuidade do advento da Copa do Mundo e as Eleições para Presidente, Senadores e Deputados, esses eventos influenciaram as ações programadas desta SR, ocasionando, momentaneamente, atrasos nas execuções programadas;

Outro fator impactante diz respeito ao contingenciamento orçamentário e financeiro do período, causando nesta UJ uma série de transtornos finalísticos, ou seja:

a) Alguns acordos firmados e em execução não prosperaram adequadamente, visto que as execuções físicas e financeiras não ocorreram como haviam sido programadas, influenciando também a ação programada de fiscalização e gerenciamento;

b) Com relação aos contratos celebrados enfrentamos problemas com nossos credores, visto que em muitas ocasiões não conseguimos honrar nossos compromissos.

Experimentamos no exercício limitações extremas por falta de profissionais, quantitativo e qualitativo, em diversos setores desta unidade. Como exemplo claro desta deficiência, citamos o fato de permanecermos desde fevereiro de 2010 sem contarmos com o profissional contador em nosso quadro funcional, quando seriam necessários no mínimo de três.

É óbvio que a ausência daquele profissional ocasionou retardo e sobrestamento de todas as atividades de competência de uma setorial contábil, entre as quais ressaltamos as análises de prestação de contas de convênios e contratos de repasses, análises nas prestações de contas de suprimentos de fundos e até dos registros de conformidades contábeis entre outras, questões que impuseram os desvios e segregações de funções, como forma de solução.

Como agravante ao reduzido quadro de servidores da área meio, para realizar as análises de prestações de contas de convênios e outros instrumentos congêneres, a falta de **capacitação** é um fator que dificulta mais e mais a operacionalização desses instrumentos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Inicia da no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1000	614	0	614	61,40	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
104.112,64	72.679,00	55.396,91	76,22	50.766,14	91,64	50.766,14	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
10.000,00	0,00	10.000,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Verifica-se que, da meta física estipulada inicialmente, foram cumpridos aproximadamente de 60%. No entanto, convém esclarecer que essa meta foi reajustada para 600 famílias. Portanto, nessa perspectiva, aproximadamente 100% da meta reajustada foi atingida. Ocorre ainda que os trabalhos de cadastramento e seleção de famílias estão intimamente relacionados à criação dos projetos, mediante a aquisição de imóveis e

o seu devido licenciamento. *In casu*, apesar de um significativo avanço nos processos de aquisição, mediante a liberação de recursos para pagamento de vários imóveis, em muitos casos isso somente ocorreu no final do ano, impedindo o cadastramento e seleção das famílias. No caso da Fazenda Fazendinha, houve um retardamento na transferência do imóvel, que somente se concretizou no final do ano, devido a uma pendência de documentação por parte do proprietário. Com isso, os trabalhos de cadastramento foram iniciados, mas não puderam ser concluídos porque não houve tempo hábil para criação do Assentamento. Em alguns casos, como no “complexo” das Fazendas São Vicente, situado em Buritis – MG, onde está previsto o assentamento de aproximadamente 400 famílias em três imóveis, a necessidade de realização de algumas diligências demandadas pela AGU provocaram o retardamento no ajuizamento das ações de desapropriação, impedindo a criação dos assentamentos, e por conseguinte, a seleção dos candidatos. Em outros casos, como na Fazenda Forquilha, apesar do imóvel ter sido obtido em tempo, e de ter sido realizado o cadastro das famílias, uma decisão judicial liminar embarçou a obtenção do licenciamento, impedindo a criação do Assentamento em 2011 e a consequente homologação dos beneficiários. Com isso, além de não ser possível atingir as metas previstas, houve despesa com a realização de cadastros que não puderam ser finalizados, consumindo assim, aproximadamente 90% da meta orçamentária. No entanto, todas essas ações deverão ter continuidade em 2012, e espera-se que sejam traduzidas em expressivas metas de assentamento no próximo exercício.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoriada	101000	83.269,27 22	-	83.269,2722	82,44	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
214.000,00	228.806,00	203.281,25	88,84	199.081,14	97,93	199.081,14	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
14.639,79	259,68	13.940,30	439,81

Fonte: SIAFI.

A meta física estabelecida para o exercício de 2011, de 101.000 hectares, foi realizada em 82,44% do seu total, sendo a área vistoriada, de 83.269,2722 hectares. A meta física cumprida, inferior à programada, deve-se ao fato de que a vistoria de alguns imóveis inicialmente eleitos para a execução, não puderam ser

realizadas em razão de não ter sido possível, em tempo hábil, a adequada instrução processual com a documentação cartorial indispensável à elaboração das cadeias sucessórias dominiais. Outro fato, foi que algumas vistorias de avaliação programadas não puderam ser realizadas em razão da não decretação de interesse social, apesar de vários Conjuntos-Decreto terem sido encaminhados à DTO – alguns ainda em 2010. Para se ter uma idéia, dentre os vários conjuntos-decreto encaminhados, somente um imóvel foi Decretado como de interesse social; mesmo assim, no final do ano de 2011.

Apesar disso, observa-se que da Meta Orçamentária de R\$ 214.000,00, foram empenhados e liquidados R\$ 199.081,14, o que corresponde a 97,93%. No entanto, convém esclarecer que, já há vários anos, mesmo naqueles em que foi possível cumprir a meta física, os valores provisionados, empenhado e liquidado (pagos) foram valores muito maiores dos que os previstos na meta orçamentária. Ou seja, tem existido uma defasagem no que tange aos recursos necessários à realização de vistorias. A principal causa da oneração dessas despesas se deve à insuficiência de corpo técnico, especialmente de engenheiros agrônomos e de agrimensores ou topógrafos, o que demanda servidores de outras superintendências, onerando sobremaneira os trabalhos com o pagamento de diárias. Nesse sentido, também corrobora com o aumento das despesas, a necessidade de locação de veículos, devido à insuficiência da frota – recurso este, que também é provido por meio do montante geral, em ação específica.

A partir dessas considerações e informações complementares é possível tecer um balanço positivo das ações da Superintendência com relação à vistoria e avaliação de imóveis, pois apesar da sua pequena capacidade operacional, e de todas as dificuldades, conseguiu-se avançar, priorizando as demandas mais importantes, e que culminaram na remessa de vários Conjuntos-Decreto e Conjunto-Avaliação encaminhados à Diretoria de Obtenção, e que permitiram o ajuizamento de várias ações de desapropriação.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8374	P	3	Licença Ambiental	28	6	0	6	21,42	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
161.994,77	206.480,00	181.286,14	87,80	167.542,23	81,14	167.542,23	81,14

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
58.856,97	2.163,19	56.693,78	0,00

Fonte: SIAFI.

Na área de licenciamento ambiental, a decisão liminar prolatada pelo Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, no âmbito da Ação Civil Pública de No. 0024.11.044610-1, em que figuram como partes o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais impediu a SUPRAM NOR de conceder AAFs para empreendimentos agropecuários para

áreas com mais de 1.000 hectares. O fato gerou um impasse em relação à questão dos assentamentos, que obrigou aquela Superintendência Regional de Regularização Ambiental a realizar uma consulta formal sobre o caso à SEMAD, suspendendo temporariamente também a emissão de AAFs para Assentamentos, ficando ainda sob suspense a documentação exigida para o licenciamento. Esse impedimento frustrou sobremaneira as expectativas de metas físicas esperadas para regularização dos assentamentos de Minas Gerais, repercutindo drasticamente na execução das metas globais. Essa foi, certamente, a principal razão pela pequena execução (21 %) da meta física e também pela discrepância em relação à meta orçamentária realizada (80%). Isso ocorreu porque as metas somente são iniciadas com o protocolo de toda a documentação para o pedido de licença; mas antes disso ocorre o pagamento de taxas e a realização de várias diligências, tais como a obtenção de certidões em cartório e prefeitura, termos de ajuste com o IEF para averbação de reserva legal, entre outros, além de vistoria e preenchimento de formulários iniciais para requerimento. Devido ao impedimento judicial, vários procedimentos iniciados ficaram sobrestados, incluindo-se o pagamento de taxas, que em alguns casos precisarão ser ressarcidas ao INCRA.

Outro fato relevante a se considerado em relação a execução financeira diz respeito à regularização de reservas legais, que envolve a atuação de profissionais de agronomia e/ou engenharia florestal e de agrimensura ou topografia. Trata-se de uma ação trabalhosa, que demanda muita mão de obra técnica em campo, com alocação de recursos para pagamento de diárias e transporte. No entanto, o quadro de metas não contempla essa ação.

Outra ação importante, realizada no ano de 2011, a qual demandou um grande esforço do setor de meio ambiente da superintendência, com envolvimento de vários técnicos, incluindo outras divisões, e que não é contado nas metas físicas diz respeito às ações do Grupo de Trabalho instituído pelo Termo de Cooperação Técnica (GT/TCT) realizado em Goiânia, com a participação de vários órgãos, tais como o IBAMA-GO, o Ministério Público de Goiás, e a SEMARH, além das superintendências do INCRA no Entorno do DF e em Goiânia. Nesse sentido, foram realizadas diversas reuniões, as vezes quinzenais, com o objetivo de realizar o diagnóstico da situação ambiental dos projetos de assentamento no Estado de Goiás, e elaborar o Plano de Ação para saneamento desse passivo.

Além dessas ações importantes, as quais demandam a dispensa de recursos, mas não são computadas nas metas físicas, foram realizadas várias outras diligências, como: reuniões em assentamentos para informar e discutir a problemática com os assentados; várias reuniões no âmbito político e administrativo, com a finalidade de desembaraçar os procedimentos para regularização ambiental, destacando-se, por exemplo, audiência na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, várias reuniões nos órgãos ambientais de Minas Gerais (SEMAD, em Belo Horizonte) e SUPRAM (em Unai – MG) e de Goiás (IBAMA e SEMARH em Goiânia), e também no Ministério Público. Nesse sentido, um importante resultado obtido, apesar de não sido obtido em tempo de repercutir nas metas físicas de 2011, foi a sensibilização do Ministério Público de Minas Gerais, que peticionou ao Juiz a reformulação da sentença liminar que impede a obtenção de Autorizações Ambientais de Funcionamento e exige EIA/RIMA para empreendimentos agropecuários com mais de 100 famílias, excluindo e desembaraçando as áreas de assentamento. Contudo, os frutos dessa conquista somente deverão aparecer no próximo exercício.

Outro aspecto muito relevante foi o significativo avanço com relação a expedição de licenças que haviam sido protocoladas em anos anteriores, mediante uma gestão pontual junto aos órgãos ambientais para resolver as pendências existentes. Apesar de somente terem sido protocoladas 6 licenças no ano de 2011, foram expedidas 13 licenças. Com isso, várias situações emblemáticas nesse aspecto, com demandas reprimidas há vários anos também foram resolvidas. Citam-se, por exemplo, cinco (6) assentamentos criados, cujas áreas haviam sido obtidas em 2008 e 2009, e até o momento aguardavam o licenciamento. É o caso da Fazenda “Monjolo”, no Distrito Federal, Fazenda “Fala Verdade” em Unai -MG, e as Fazendas “Santo Expedito/Fetal”, “Palmeiras/Patrícia” e “Gado Bravo/Formosinha”, em Buritis - MG. Deve ser assinalado que

embora os recursos orçamentários somente estejam relacionados às metas físicas de protocolo de licenças, na maior parte dos casos, após o protocolo e início dos processos de licenciamento nos órgãos ambientais, há necessidade de várias diligências que demandam recursos.

Por fim, assinala-se ainda, as ações de fiscalização de irregularidades ambientais, realizadas em assentamentos, em função de denúncias protocoladas na Superintendência, e vistorias para fins de autorização de desmate, as quais também não são computadas como metas, mas dependem de recursos orçamentários.

Ante o exposto, sugere-se para os próximos exercícios, o desmembramento das metas, por meio de outros indicadores que possam melhor traduzir a aplicação dos recursos, por exemplo: licenças protocoladas, licenças expedidas, ações de fiscalização, vistorias para autorização de desmate, reuniões de Grupos de Trabalho Multi-institucionais, Ações visando ao cumprimento de condicionantes ambientais, entre outras.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida	19.900,00	24.718,76	0	24.718,76	124,21	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
62.649.000,00	20.305.303,99	20.305.175,44	100,00	12.893.100,99	63,50	12.893.100,99	63,50

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento dessa Ação de Obtenção, no que tange ao pagamento de imóveis.

DETALHAMENTO DO PROGRAMA 0135 AÇÃO 4460						
Imóvel	Obtenção	Área	Pago (R\$)	Resto a Pagar (R\$)	Não Pago (R\$)	TOTAL (R\$)
Forquilha	Aquisição	180,7678	102.970,81	11.429,97	0,00	114.400,78
Forquilha/Pia u	Aquisição	354,0347	240.674,61	301,56	0,00	240.976,17
Forquilha/Sucur i	Aquisição	155,3820	152.916,16	0,00	0,00	152.916,16
Forquilha/Camb auva	Aquisição	252,5850	284.765,85	0,00	0,00	284.765,85
Forquilha	Aquisição	181,9172	317.748,17	0,00	0,00	317.748,17
Fazendinha	Aquisição	3.514,4507	2.131.485,65	11,97	0,00	2.131.497,62
Água Fria	Desapropriaç ão	2.655,9301	2.478.075,65	0,00	0,00	2.478.075,65
Cabeçudo/S Roque	Desapropriaç ão	2.780,7026	908.974,10	0,00	0,00	908.974,10
S. Vicente/Sta. Tereza	Desapropriaç ão	1.689,4713	1.545.860,11	0,00	0,00	1.545.860,11
S. Vicente/Sta. Tereza	Desapropriaç ão	3.282,3025	3.895.831,09	0,00	0,00	3.895.831,09
S. Vicente/Sta. Tereza	Desapropriaç ão	1.760,9197	833.798,79	0,00	0,00	833.798,79
Malhadinha I	Aquisição	373,9217	0,00	0,00	98.626,61	98.626,61
Malhadinha II	Aquisição	345,9632	0,00	0,00	734.520,22	734.520,22
Guariba/Grotão	Desapropriaç ão		0,00	24,00	0,00	24,00
Palmeiras/Alag amar	Desapropriaç ão	4.850,4052	0,00	0,00	6.146.157,61	6.146.157,61
Esplanada/Retir o	Desapropriaç ão	2.452,3620	0,00	0,00	328.323,18	328.323,18
TOTAL		24.831,1157	12.893.100,99	11.767,50	7.307.627,62	20.212.496,11

Nessa Ação, que trata do pagamento dos imóveis, e que, portanto, corresponde à fase final do processo de obtenção de terras, diante do quadro exposto podemos observar que a execução física ficou além da meta prevista. Um dos fatores que corroboraram para o excelente resultado foi a atenção especial dada à instrução processual, de forma a agilizar o andamento dos processos nesse período. Outro fato foi à existência de vários processos já instruídos e que, por falta de recursos orçamentários, não puderam ser ajuizados no exercício anterior.

Quanto à execução orçamentária da meta prevista de R\$ 62.649.000,00 foi recebida a provisão de R\$ 20.305.303,99 os quais foram empenhados. Porém, desse total somente foram pagos/liquidados R\$ 12.893.100,99 no exercício de 2011, ficando o restante (R\$ 11.767,50), como restos a pagar, e R\$ 7.307.627,62 não foram pagos por ainda aguardar a expedição de TDAs.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0135.2272	A	-	-	NÃO HÁ	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
20.000,00	320.885,00	320.619,24	99,91	210.949,68	65,74	210.949,68	65,74

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
18.435,45	4.497,45	13.938,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Nessa ação foram contempladas despesas importantes para o funcionamento da Superintendência, das quais depende direta ou indiretamente, a execução do Programa-fim. Os principais gastos nessa ação foram as

despesas relacionadas ao aluguel do Prédio da Superintendência, com cerca de R\$ 160.000,00 e locação de veículos, com cerca de R\$ 110.000,00. Além disso, foram gastos aproximadamente R\$ 38.000,00 com diárias, e R\$ 11.000,00 com despesas de combustível. Aqui se incluem despesas com viagens do Superintendente e assessores e/ou servidores, para tratar de assuntos administrativos e/ou políticos pertinentes ao Programa.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina Dias Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8396	A	3	Família Atendida	1.014	2.430	818	3.248	320,31	3.248

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.250.000,00	6.885.762,25	6.883.760,26	99,97	862.540,29	12,53	862.540,29	12,53

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
8.496.342,14	1,54	7.697.856,49	798.484,11

Fonte: SIAFI.

Observa-se na tabela de execução física que a meta prevista para o exercício foi integralmente cumprida, sendo que atendeu 2.430 famílias, em contrapartida às 1.014 famílias previstas.

Por outro lado, a tabela de execução orçamentário-financeira indica que se recebeu uma provisão pouco maior que a prevista, sendo que dos R\$ 6.885.762,25 (seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), houve um empenho de quase todo o valor, atingindo 99,97 % (noventa e nove por cento e noventa e sete centésimos), muito embora tenha sido liquidado

e pago, no exercício, somente R\$ 862.540,29 (oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), ou seja, 12,53% (doze por cento e cinquenta e três centésimos).

O recurso, no valor de R\$ 7.697.856,49 (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais, e quarenta e nove centavos) são remanescentes das programações orçamentárias de anos anteriores, restando ainda o pagamento no valor de R\$ 798.484,11 (setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e onze centavos) inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores a 2011, devido à impossibilidade de não repasse do recurso financeiro suficiente à SR-28/DFE.

Quando da discussão geral para elaboração da PO 2011, com todas as Superintendências Regionais do INCRA, em dezembro de 2010, a SR-28/DFE esclareceu que a provisão necessária para atender à demanda “emergencial” da sua jurisdição, seria de aproximadamente R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de Reais).

Destacamos que o valor empenhado foi utilizado da seguinte maneira:

- Licitação realizada para instalação e recuperação de sistema de abastecimento de água, a cargo da firma GEOBRASIL LTDA. Firmou-se Contrato no valor de R\$ 1.380.156,90 (um milhão trezentos e oitenta mil, cento e cinquenta e seis reais, e noventa centavos), empenhado em dezembro de 2011, sendo a ordem de serviços para iniciar os trabalhos emitida em 20/12/2011, subentendendo-se que este valor deverá ser liquidado e pago no ano de 2012, com previsão de atendimento de 600 famílias. Este recurso ficou aquém da demanda prevista, devido à demora no procedimento licitatório, programado para ser realizado no final do primeiro semestre de 2011 e só foi concluído em dezembro de 2011, quando os recursos financeiros disponíveis já não estavam mais a disposição da previsão inicial, que era de R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais) para esta licitação, não atendendo sequer a demanda emergencial desta Superintendência.
- Aditivo do contrato para complementação de estradas vicinais, com a firma ALS Engenharia LTDA, no valor de R\$ 1.466.256,66 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais, e sessenta e seis centavos), empenhado em agosto de 2011, com os serviços em andamento, subentendendo-se que este valor deverá ser liquidado e pago no ano de 2012, com previsão de atendimento de 825 famílias. Este aditivo é resultado de licitação realizada em 2010, que gerou um acréscimo de serviços, atendendo a mais famílias, porém muito abaixo da demanda necessária, sendo previsto já no início de 2012 uma nova licitação para atendimento às famílias que aguardam serem contempladas com a abertura e recuperação de estradas e às novas demandas que surgirão no decorrer do ano de 2012.
- Licitação realizada para construção de uma ponte em concreto armado sobre o rio pasmado, no município de Buritis-MG, a cargo da firma ALS Engenharia LTDA, no valor de R\$ 656.786,58 (seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis Reais e cinquenta e oito centavos), empenhado em agosto de 2011, com os serviços em andamento, sendo parte dos recursos pagos em 2011 e parte dos recursos ainda a ser executado, liquidado e pago em 2012, com atendimento de 243 famílias; atingindo a demanda necessária.
- Aditivo do contrato para construção de uma ponte em concreto armado sobre o rio pasmado, no município de Buritis-MG, para execução de melhorias nos encabeçamentos da ponte, no valor de R\$ 119.840,88 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta Reais e oitenta e oito centavos), empenhados em dezembro de 2011, com os serviços em andamento, subentendendo-se que este valor deverá ser liquidado e pago no ano de 2012, atendendo as famílias previstas no contrato inicial.
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo/GO, no valor de R\$ 789.445,60 (setecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco Reais e sessenta centavos), para complementação de sistemas de abastecimento de água nos projetos de assentamento Vereda II e Boa Vista, empenhado em dezembro de 2011, com os serviços a serem iniciados, subentendendo-se que este valor deverá ser liquidado e pago no ano de 2012, com previsão para atendimento de 298 famílias, atendendo a demanda necessária para água de consumo humano nos assentamentos citados.
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Cabeceiras de Goiás/GO, no valor de R\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), para abertura, recuperação e encascalhamento de estradas vicinais, com execução de drenagem superficial, nos projetos de assentamento Divisa Verde e Lagoa das Pedras, empenhado em dezembro de 2011, com os serviços a serem iniciados, subentendendo-se que este valor deverá ser liquidado e pago no ano de 2012, com atendimento de 57 famílias; atendendo a demanda necessária destes projetos de assentamento.
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Divinópolis/GO, no valor de R\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil Reais), para implantação de infraestrutura básica no projeto de assentamento Marcos Correa Lins, empenhado e pago em dezembro de 2011, com os serviços a serem

iniciados, com atendimento de 407 famílias, atendendo a parte das demandas necessárias, principalmente as emergenciais, que é a falta de água e necessidade de execução de pontes e vias de acesso às parcelas.

Nota-se que o aumento na provisão recebida, em relação à prevista, ocorreu devido à intensa demanda que a SR-28/DFE sempre apresentou, mas que não é atendida devido à escassez dos recursos orçamentários recebidos. Assim, após intensas solicitações da SR-28/DFE, dos Movimentos Sociais e das famílias assentadas, finalmente o INCRA Sede atendeu parte das solicitações, descentralizando uma pequena parcela a mais de recursos para esta ação, na SR-28/DFE. Conseqüentemente, acarretou no aumento do número de famílias a serem atendidas, de modo que, além de atender um número maior de famílias ao que estava previsto, a SR-28/DFE também iniciou, no final do exercício, a execução de obras que deverão ser finalizadas no exercício seguinte.

Os recursos liquidados e pagos em 2011 foram, em sua maioria, empenhados no final do exercício de 2010, ficando sua execução para 2011. Os recursos da PO 2011 liquidados e pagos em 2011 foram destinados à implantação de uma ponte sobre o rio pasmado, no município de Buritis/MG, atendendo a 243 famílias, e para a Prefeitura Municipal de Divinópolis/GO, para implantação de infraestrutura básica no projeto de assentamento Marcos Correa Lins, atendendo a 407 famílias.

Já os recursos empenhados, porém não liquidados, estão destinados à implantação de 96 km de estradas que irão atender 882 famílias; à recuperação de 29 sistemas de abastecimento de água, atendendo 898 famílias; e ao encabeçamento e recuperação do acesso à ponte do rio pasmado, já em andamento.

Destaca-se que a implantação e recuperação de infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Assentamento. A infra-estrutura básica atua diretamente sobre a produtividade, o beneficiamento e o escoamento da produção, além de ser essencial para garantir qualidade de vida às famílias assentadas.

As obras para disponibilizar água aos assentados são vitais para sua fixação no campo. As obras de execução e recuperação de estradas também são sempre necessárias, visto que se trata de um serviço constante, e a cada ano surge a necessidade de recuperar trechos de estradas danificadas pelas chuvas, pelo tráfego intenso e pelo desgaste natural da mesma.

Esses benefícios são sempre solicitados pelos assentados, estando a infra-estrutura entre as principais ações necessárias para o sucesso da reforma agrária.

Os recursos humanos utilizados atualmente para atingir os resultados estão aquém da real necessidade, utilizando-se para a gestão da infra-estrutura na SR-28/DFE um quadro de 02 (dois) Engenheiros Civis, que são servidores de carreira. A estrutura encontra-se carente de outros profissionais necessários para a obtenção de um melhor resultado, verificando-se cada ano a evasão de profissionais do quadro de servidores do órgão, devido aos salários desestimulantes.

Os recursos financeiros são sempre muito abaixo do necessário para a realização de “todas as obras” de infra-estrutura necessárias para atender às necessidades dos projetos de assentamento. Salientamos que, ano a ano, a demanda de obras de infra-estrutura efetivamente necessária aumenta consideravelmente, sendo que, para realmente poder-se “emancipar” todos os Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, seria necessária uma previsão de recurso estimada em cerca de R\$ 860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais). Portanto, anualmente a disponibilidade financeira para infra-estrutura não atinge nem 10% (dez por cento) do valor total das necessidades levantadas nos projetos de assentamentos da superintendência.

Quanto à disponibilidade de material utilizado na execução da ação, foi constatado que houve falta de alguns recursos materiais, como, por exemplo, material de controle e acompanhamento (máquinas fotográficas, trenas, GPS, notebooks, etc.) e materiais de escritório (impressoras coloridas, plotter, programa de computador AutoCAD). Há, também, recurso insuficiente para o pagamento de diárias necessárias ao acompanhamento e fiscalização das obras contratadas.

Ressalte-se que estes itens são custeados pela ação 2272, a qual também custeia as atividades de mais outras cinco ações, de modo que os recursos disponibilizados na ação citada acabam sendo insuficientes para a operacionalização de todas as ações dependentes desta.

Quanto às contratações e parcerias, cabe destacar que os convênios com as prefeituras foram de grande importância na busca do atendimento da meta, auxiliando no levantamento e distribuição das demandas e na elaboração de propostas e projetos.

Lembramos, ainda, que é de grande importância a transferência total dos recursos financeiros no início do ano, de modo que o planejamento seja feito de modo global, agilizando as realizações da ação de infra-estrutura e colaborando de forma significativa para o atendimento da meta.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida	622	0	21	-	0,00	4

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
435.657,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
249.935,84	249.935,84	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.691.0137.4320	A	4	Família beneficiada	0	0	0	0	0,00	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A Ação 4320, Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol), não foi implementada no exercício, assim como não fora prevista meta a ser cumprida, como é possível observar na tabela de execução física. Em decorrência, não houve previsão de recursos orçamentários para esta ação, não havendo, portanto, repasse de recursos para sua execução.

A execução desta ação depende da apresentação de projetos, pelas famílias assentadas, de acordo com os normativos, para análise e aprovação. A SR-28/DFE recebeu alguns projetos no exercício, porém, os mesmos embora tenham parecer técnico de aprovação estão em trâmite para administração e jurídicas para os demais pareceres a fim de serem encaminhados posteriormente para a sede para a descentralização de recursos desta ação.

Conforme os normativos, os servidores da SR-28/DFE podem elaborar os projetos do Terra Sol para as famílias assentadas, contudo, a instituição não possui funcionários suficientes e habilitados para a elaboração destes projetos.

Ressalta-se que na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, na qual ocorre a execução desta e outras 03 (três) ações do Programa 0137, há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida. Assim, ocorre que as ações mais demandadas pelas famílias assentadas acabam por receber maior atenção que outras que possuem uma demanda menor, motivo pelo qual a ação 4320 acaba apresentando uma execução precária ou mesmo acaba não sendo executada.

Há uma preocupação da SR-28/DFE com o fato de não conseguir atender devidamente a todas as ações, não obstante, além da demora na liberação e na escassez dos recursos para financiar custo de aluguel e manutenção de veículos, combustível e diárias, para a realização das atividades de campo, essenciais à maioria das ações, o corpo técnico, além de insuficiente, conta com poucos profissionais habilitados necessários ao desenvolvimento de ações como o Terra Sol.

Entende-se que esta ação possui a sua maior importância no fato de melhorar a produção dos Projetos de Assentamento, facultando às famílias o beneficiamento da produção, ou o desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao escoamento da produção. Não obstante, além dos projetos serem coletivos, e, portanto, de mais difícil aceitação pelas famílias assentadas que possuem ainda uma arraigada cultura do individual, há também a transferência dos bens financiados pelo Terra Sol às Associações dos Projetos de Assentamento, o que implica em um acompanhamento muito próximo, pela SR-28/DFE, na devida utilização destes bens, em especial, diante de fatos ocorridos em exercícios anteriores em que se identificou o não tombamento destes bens, sua transferência para outro local que não o Projeto de Assentamento para o qual foram destinados, e sua utilização em outras atividades e não para o fim para o qual haviam sido financiados.

Em contrapartida, nota-se que, com a Chamada Pública realizada no exercício, para a prestação de assistência técnica, a execução desta ação pode vir a apresentar melhoras no exercício de 2012, contribuindo na elaboração dos projetos e no acompanhamento e fiscalização da implantação dos projetos.

2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.4358	A	4	Documento de titulação expedido	411	1337	0	1337	325,30	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
57.602,98	68.776,00	67.860,82	98,67	66.574,74	98,10	66.008,51	99,15

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Houve, na ação 4358, a execução de uma meta consideravelmente superior àquela prevista para o período. Conforme evidenciado na tabela de execução física, emitiu-se 1.337 (um mil, trezentos e trinta e sete) títulos provisórios (Contratos de Concessão de Uso – CCU), enquanto que a meta prevista era de 411

(quatrocentos e onze) títulos, apresentando, portanto, uma execução de 325,30% (trezentos e vinte e cinco por cento e trinta centésimo).

Já a tabela de execução orçamentário-financeira demonstra que foi repassado à SR-28/DFE um pouco a mais do que o recurso previsto, sendo que dos R\$ 68.776,00 (sessenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais), emitiu-se empenho de R\$ 67.860,82 (sessenta e sete mil oitocentos e sessenta reais, e oitenta e dois centavos), portanto, 98,67% (noventa e oito por cento e sessenta e sete centésimo) do recurso recebido. O recurso empenhado foi liquidado e pago em quase sua totalidade, tendo-se executado com o mesmo 225,30% (duzentos e vinte e cinco por cento e trinta centésimo) a mais que a meta prevista.

A emissão de títulos provisórios, acima do previsto, sem a majoração do recurso necessário, ocorreu devido ao fato de que se emitiu CCU para vários beneficiários que haviam sido homologados em exercícios anteriores, porém, somente haviam recebido uma Certidão ou Termo de Compromisso. Ocorre que houve um período, em exercícios anteriores, que as famílias, ao serem homologadas, somente recebiam uma Certidão ou Termo de Compromisso, sem emissão de CCU. Porém, após a edição da Norma de Execução 79/2008, verificou-se a necessidade de emitir o CCU para aplicação dos Créditos de Instalação, assim, à medida que vários destes casos foram sendo identificados no exercício, providenciou-se a emissão do CCU respectivo.

Quanto a não emissão de títulos definitivos (Título de Domínio), tem-se a informar que se realizaram, no exercício, vistorias *in loco* a fim de emitirmos título definitivo, porém devido à falha no sistema SIPRA, os mesmos não foram emitidos até a presente data. Bem como a não aprovação de algumas pautas de valores tanto pelo Comitê de Decisão Regional (CDR), composto pelo Superintendente Regional, pelo Procurador Regional e pelos Chefes de Divisão da SR-28/DFE, como pelos assentados.

Também se atuou na área de Títulos de Domínio com a fiscalização do pagamento das prestações de Títulos de Domínio emitidos em exercícios anteriores e emissão de boletos anuais para o pagamento das prestações.

Destaca-se que a ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento é uma atividade sucessivamente realizada na SR-28/DFE através das constantes vistorias em Projetos de Assentamento. Infelizmente, tem-se no presente uma grande rotatividade de parcelas em alguns Projetos de Reforma Agrária, ensejando a invariável realização de novas vistorias e supervisões ocupacionais.

Através das vistorias e supervisões verificam-se as parcelas abandonadas ou irregularmente ocupadas, providenciando-se sua regularização. Concomitantemente, verifica-se se os demais parceiros estão cumprindo os termos do Contrato de Assentamento.

Este trabalho é constante, porém, há 184 (cento e oitenta e quatro) Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, com 13.154 (treze mil cento e cinquenta e quatro) famílias assentadas. Em contrapartida ao escasso número de servidores que executam as atividades desta ação e, simultaneamente, atuam na fiscalização e acompanhamento das ações 4320, 0427 e 4470 do programa 1427.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, na qual ocorre à execução desta e outras 03 (três) ações do Programa 0137 e 1427, há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida.

Aliado a isso, tem-se uma pequena frota de veículos para realizar todo o trabalho de campo na extensa área de atuação da SR-28/DFE, o que exige a constante contratação de aluguel de veículos.

Deveria ser realizada pelo menos uma vistoria anualmente em cada Projeto de Assentamento, o que, infelizmente, é prejudicado pelo exíguo quadro de servidores da SR-28/DFE e a grande demanda de trabalho existente. Assim, as vistorias geralmente são direcionadas aos Projetos de Assentamento que estão em vias de receber recursos creditícios, financiamento de projetos de investimento e/ou dos quais se recebeu denúncias de irregularidades.

Ressalte-se que, como se trata de uma ação executada diretamente por funcionários do INCRA, não ocorre a contratação de parcerias e a transferência de recursos. Assim, todos os recursos necessários para a realização dos trabalhos provieram da ação 2272, visto que os recursos se destinaram, em sua maioria, ao custeio de diárias, combustível, locação de veículos e suprimento de fundos para a realização dos trabalhos de campo.

Neste aspecto, ressaltamos a insuficiência de recursos para a realização destes trabalhos, com sua constante falta para o pagamento de diárias e combustíveis, acaba, por vezes, paralisando os trabalhos, prejudicando as diversas ações dependentes de vistorias, supervisões, acompanhamento e fiscalização com recursos da ação 2272, neste ano acentuada, devido ao corte orçamentário de mais de 50% (cinquenta por cento).

No exercício foram realizadas inúmeras vistorias e supervisões ocupacionais, as quais resultaram na regularização e emissão dos títulos apresentados na tabela de execução física; assim como, na emissão de títulos de exercícios anteriores.

Muito embora se constitua em meta não prioritária na LDO, esta ação é imprescindível para o adequado desenvolvimento do trabalho das demais ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, motivo pelo qual o maior número de servidores está concentrado nesta ação, sendo, ainda assim, insuficiente, por atuar também na fiscalização e acompanhamento de outras ações.

Novos servidores são constantemente solicitados ao INCRA Sede. Foi realizado concurso para provimento de cargos no primeiro semestre de 2010, entretanto, nenhum servidor foi nomeado.

Em síntese, a SR-28/DFE, para normalizar o seu quadro de servidores, tornando-o compatível com a sua demanda de trabalho, deveria contratar, hoje, no mínimo, com mais 50 (cinquenta) servidores.

2.3.2.4 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte:

Observa-se nas tabelas de execução física e orçamentário-financeira que não houve, na Ação 10YN, a previsão de meta física e orçamentária, de modo que não foi disponibilizada qualquer provisão no exercício para a execução desta ação, e conseqüentemente, não houve realização de meta física.

Lembra-se, contudo, que a -28/DFE não possui Projetos de Assentamento integrantes do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID.

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.2B06	A	4	Unidade de família de produção atendida	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.264,88	0,00	0,00	2.264,88

Fonte: SIAFI.

Devido à falta de capacidade operacional, o serviço de meio ambiente concentrou seus esforços em outras ações, deixando de atuar nessa área. Corroborou ainda, a carência de diagnóstico e de projetos que pudessem balizar a solicitação de recursos e a execução orçamentária nesse item.

Essa ação deverá receber maior importância nos próximos anos, visando à recuperação de áreas degradadas, no cumprimento de condicionantes das licenças ambientais, que no momento ainda estão sendo obtidas.

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0137.0427	OP	4	Família Atendida	2511	953	1637	2590	103,15%	1685

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
12.070.400,00	19.584.400,00	19.579.400,00	99,97	6.741.400,00	34,43	6.735.000,00	99,91

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
11.159.400,00	2.731.800,00	8.427.600,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Verifica-se, nas tabelas acima, que se executou 103,15% (cento e três por cento) da meta prevista, com o atendimento de 2.590 (dois mil quinhentos e noventa) famílias. Podemos observar que o recurso previsto para atender a meta de 2.511 (dois mil quinhentos e onze) famílias, da ordem de R\$ 12.070.400,00 (doze milhões, setenta mil e quatrocentos), foi totalmente utilizado. Recebeu R\$ 19.584.400,00 (dezenove milhões quinhentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais), valor maior que o recurso previsto, ultrapassando R\$ 7.514.000,00 (sete milhões quinhentos e quatorze mil reais) devido a demanda da superintendência ser grande e aos acordos firmados com os movimentos sociais.

Dos R\$ 19.584.400,00 (dezenove milhões quinhentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) repassados foram empenhados R\$ 19.579.400,00 (dezenove milhões quinhentos e setenta e nove mil e quatrocentos reais), ou seja, 99,97% (noventa e nove por cento e noventa e sete centésimo).

O recurso efetivamente aplicado foi destinado às modalidades Apoio Inicial, Apoio Mulher, Fomento, Aquisição Material de Construção (Habitação e Recuperação) com valores distintos, bem como a complementação para a modalidade Aquisição de material de construção, visto que esta passou de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) atendendo a 2.578 (dois mil, quinhentos e setenta e oito) famílias.

Houve a liquidação e pagamento do Crédito Instalação, no valor de R\$ 15.162.600,00 (quinze milhões, cento e sessenta e dois mil, e seiscentos reais) deste, R\$ 8.427.600,00 (oito milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, e seiscentos reais) foram utilizados para pagamento de restos a pagar dos exercícios de 2009 e 2010, atendendo 1637 (mil seiscentos e trinta e sete) famílias. Assim sendo, R\$ 6.735.000,00 (seis milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais), foram utilizados no decorrer do exercício.

Lembramos que dos R\$ 19.579.400,00 (dezenove milhões quinhentos e setenta e nove mil e quatrocentos reais) empenhados, R\$ 12.838.000,00 (doze milhões oitocentos e trinta e oito mil reais), ficaram como restos a pagar para o exercício de 2012, por não haver financeiro disponível, valor este que atenderá 1685 famílias.

Percebe-se que foi necessário fazer o cancelamento de alguns dos restos a pagar, pois tais recursos não seriam utilizados por diversos motivos que foram levantados de acordo com o deslocamento das equipes a campo, tais como, o valor do empenho em duplicidade, complementação de recurso que já havia sido aplicado, a utilização de créditos excedentes, entre outros.

Foi efetivamente aplicado o crédito, no valor aproximado de R\$ 5.462.800,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos reais), para 770 (setecentos e setenta) famílias no decorrer do exercício, que já possuíam recursos financeiros depositados nas contas dos Projetos de Assentamento, nas Modalidades Apoio Inicial, Fomento e Aquisição de Material de Construção.

Lembramos, todavia, que existe uma grande demanda pelas diversas modalidades do Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento, simultaneamente, há uma grande quantidade de recursos a serem aplicados. Contudo, não há recursos humanos e financeiros suficientes para operacionalização da ação.

Os contratos de crédito somente são emitidos com a devida realização de vistoria ocupacional para verificar a regularidade dos beneficiários a serem contemplados. O pagamento dos fornecedores somente ocorre após a realização de vistoria do material/produto entregue. Acrescente-se que normalmente para um mesmo Projeto de Assentamento é necessária a realização de mais de uma vistoria, visto que as empresas contratadas comumente não possuem condições financeiras para entregar os materiais/produtos a todas as famílias assentadas a um só tempo. Quanto às modalidades Material de Construção e Recuperação Material de Construção, estas ainda exigem nova vistoria para verificar a conclusão da obra para efetuar-se o pagamento da mão-de-obra.

Outro problema enfrentado na execução desta ação é a falta de um sistema oficial de gerenciamento das informações do crédito. Atualmente trabalha-se com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, o qual possui os dados dos beneficiários e emite os contratos de crédito. Todavia, o SIPRA não gerencia as informações do crédito, as quais devem ser preenchidas manualmente. Assim, há uma grande dificuldade em gerenciar os dados do crédito, devido ao grande número de informações e insuficiente número de funcionários para gerir estas informações. Para solucionar este problema está sendo implementado pelo INCRA Sede o Sistema Nacional de Concessão de Crédito – SNCC, que terá uma interface com o SIPRA e o PPG, este do Banco do Brasil, o que deverá agilizar e facilitar as atividades, além de dar maior fidelidade às informações. Porém, enquanto o novo sistema não é implantado, há uma grande dificuldade de controle das informações do crédito.

Na operacionalização do Crédito Instalação ocorre a contratação de empresas fornecedoras de materiais/produtos. Estas empresas são selecionadas em Assembléia Geral realizada no Projeto de Assentamento a ser contemplado com o crédito, sendo escolhida a empresa que apresentar o menor preço e a qualidade exigida dos materiais/produtos. Tendo-se efetivado a entrega dos materiais/produtos, estes são fiscalizados, para então serem encaminhadas ao agente financeiro para pagamento as notas fiscais assinadas pelo beneficiário do crédito, pelo representante da Associação e pelo servidor responsável pela fiscalização.

A descentralização do recurso para as contas das Associações é importante para a operacionalização do Crédito Instalação, visto que normalmente a aplicação destes créditos extrapola o exercício financeiro. Em contrapartida, esta descentralização gera alguns problemas quando existe mais de uma Associação no Projeto de Assentamento ou quando existem divergências entre os representantes da Associação e assentados.

A ação não está elencada entre as ações prioritárias da LDO. Contudo, permite às famílias assentadas realizarem seus primeiros investimentos na produção, além de lhes garantir uma moradia adequada, o que é essencial para sua instalação na parcela, com o mínimo de conforto possível.

2.3.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
600.000,00	986.127,32	964.632,42	97,00	937.344,37	95,00	908.319,15	92,00

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
12.319,84	3.626,10	8.693,74	0,00

Fonte: SIAFI.

Em se tratando a ação 2272 de Gestão do Programa 0137, ela não possui meta física, visto direcionar-se para as atividades meio necessárias à execução das atividades fim das demais ações que compõem o Programa 0137.

Ocorreu a descentralização de R\$ 986.127,32 (novecentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e sete reais e trinta e dois centavos), ou seja, 164, % (cento e sessenta e quatro por cento) do valor inicialmente previsto.

Emitiu-se empenho de 97% (noventa e sete por cento) dos recursos repassados, e liquidou-se e pagou-se 92,% (noventa e dois por cento), do total recebido.

Deste valor, aproximadamente, **R\$ 374.604,60** (trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quatro reais e sessenta centavos) foram destinados ao pagamento de diárias, **R\$ 214.041,44** (duzentos e quatorze mil, quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) foram empregados no pagamento do aluguel da sede da SR-28, **R\$ 375.986,38** (trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos) foram utilizados no pagamento de combustível, locação de veículos e manutenção de veículos.

No Programa 0137, esta ação demanda muitos recursos financeiros, pois se destina aos custos administrativos com diária, combustível, manutenção e locação de veículos, e suprimento de fundos de 06 (seis) ações, nas quais as atividades de campo são constantes e os recursos necessários comumente são insuficientes.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Auro de Sousa Arrais

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	3.079	3.348	-	3.348	108,74	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
27.711,00	31.878,89	30.612,73	96,02	28.878,73	94,33	27.745,95	90,63

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

800,00	0,00	800,00	0,00
--------	------	--------	------

Fonte: SIAFI.

Esta ação somente foi possível atingir este estágio, graças à mudança do quadro de servidores e aos cursos ministrados junto às UMC's. Trabalho que continua, uma vez que a demanda é contínua.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.4426	A	3	Área medida	-	469.600,82	-	469.600,82	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Houve uma reestruturação do Comitê Regional de Certificação, o que facilitou as análises e melhorias quanto aos aspectos técnicos.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.2110	A	3	Área regularizada	122	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
50.000,00	97.025,25	91.418,78	94,22	79.418,78	86,87	79.418,78	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Esta ação envolve várias etapas, onde a fase de vistorias é uma delas. Fato que gerou um montante de aproximadamente 400 processos vistoriados, visando a devida regularização

2.3.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8380	A	3	Área c/processo impetrado	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não houve nenhuma ação para este fim.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada	-	1450,00	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Esta ação ainda aguarda decisões para finalização.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0138.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
51.800,00	112.136,00	70.367,96	62,75	70.367,96	100	70.367,96	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.500,00	0,00	2.500,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Houve gastos com diárias, passagens de servidores e na manutenção dos veículos utilizados para condução dos técnicos em vistorias.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria Solange dos Santos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado	48	43	-	43	89,58	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
23.260,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
798,00	798,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Cumprimento das metas físicas: Esta Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno - SR-28/DFE não cumpriu a meta de capacitar os 48 servidores previstos na PO 2011, sendo realizadas 43 capacitações.

Ações que apresentaram problemas de execução: houve problemas na liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos.

Ações prioritárias na LDO: A ação negativa foi não cumprir a meta e a positiva foram que obteve capacitação em diferentes áreas.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marco Aurélio Bezerra da Rocha

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.2109	A	3	Família Acampa da Assistida	-	37350	0,00	-	5475,04	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	317.219,22	317.219,22	100	272.328,26	85,84	272.328,26	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
90.935,43	68,76	90.138,69	727,98

Fonte: SIAFI.

Referente à distribuição de Cestas Básica do ano corrente de 2011, foram entregues 37350 cestas básicas para 4250, famílias distribuída em 08 (oito) etapas durante o ano de 2011 inicialmente a meta prevista foi de famílias, todas as Cesta Básicas foram previamente autorizado pela Companhia de Abastecimento (CONAB) junto ao INCRA a entregar para os acampados, quanto à meta de famílias a serem beneficiada com Cesta Básica do ano de 2011, vai depende de quantos acampamentos vão ser criados.

Referente à distribuição de Lonas Plásticas foram compradas 379 rolos de lonas com recursos descentralizados pela Ouvidoria e destruídos em 40 acampamentos na região superintendência nos estados de Goiás - GO, Minas Gerais - MG e Distrito Federal para atender demanda que apresentaram estado de emergência.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Auro de Sousa Arrais

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.1336.1642	P	3	Comunidade Titulada	543	8.639,63	-	8.639,63	100	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
181.070,00	480.505,23	424.818,31	88,41%	380.222,06	79,13	380.160,57	79,08

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
54.315,94	1.602,66	17.258,24	35.455,04

Fonte: SIAFI.

Nesta ação ficou consolidado que com a criação da Força Tarefa, se conseguiu atingir estágios que não se conseguia antes, por não ter servidores em quantidade e nem recursos financeiros para cobrir todas as etapas, como vistorias, análises de cadeia dominial e instruções processuais com todos os relatórios técnicos produzidos. Por isso a necessidade em trazer outros servidores de outras superintendências.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada	12.409,00	2.941,4863	13.271,8489	16.213,3352	130,66%	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.861.309,00	2.776.212,13	2.776.212,13	100	2.166.423,05	78,03	2.166.423,05	78,03

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.439.266,39	0,00	7.439.266,39	0,00

Fonte: SIAFI.

O primeiro quadro a seguir apresenta um demonstrativo dos imóveis que foram vistoriados para fins de avaliação visando à desapropriação de áreas particulares em Território Quilombola, no caso o Território Quilombola Kalunga.

DENOMINAÇÃO	PROPRIETÁRIO	MUNICÍPIO	DATA	ÁREA (ha)
FAZ SACO LOTE 3	Ricardo Lopes Teixeira e outro	CAVALCANTE-GO	MAI	2.721,3922

FAZENDA CIRCULO C	Angelita Ross Giuliani	MONTE ALEGRE-GO	DEZ	1.405,2517
FAZENDA CIRCULO L	Angelita Ross Giuliani	MONTE ALEGRE-GO	DEZ	4.624,0805
FAZENDA PASTIM	Onofre Gim da Cunha Junior	MONTE ALEGRE-GO	DEZ	3.425,2422
TOTAL				12.175,9666

No segundo quadro que se segue, encontra-se uma relação de imóveis que tiveram as ações de desapropriação ajuizadas.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

DENOMINAÇÃO	ÁREA	R\$ PAGO	R\$ RESTO A PAGAR	R\$ NÃO PAGO	DATA	TOTAL
Saco-Lote 3	2.721,3922	2.022.865,25	0,00	0,00	AGO	2.022.865,25
Sto Estevão/Vão do Moleque	220,0941	143.557,80	0,00	0,00	AGO	143.557,80
Larga da Boa Vista	12.356,2775	6.975.715,38	0,00	0,00	OUT	6.975.715,38
Felicidade/Vão dos Bois	484,0000	0,00	0,00	541.662,69	DEZ	541.662,69
Lote 5-A/Lot Moleque	100,0000	0,00	0,00	68.126,39	DEZ	68.126,39
Saco – Lote 2	915,5714	463.551,01	0,00	0,00	ABR	463.551,01
TOTAL GERAL	16.797,3352	9.605.689,44	0,00	609.789,08		10.215.478,52

Além destes, o imóvel “Capão da Onça” foi encaminhado para a Diretoria de Obtenção do INCRA, para descentralização de recursos. No caso dos imóveis Agropecuárias Vão do Moleque e “Vão dos Bois”, embora tenham sido encaminhados à procuradoria para providências visando o ajuizamento da ação desapropriatória, no entanto, não puderam ter a ação efetivada devido à extrapolação do limite de prazo do Decreto Presidencial. Se encontra no aguardo de uma posição da Procuradoria Jurídica Geral do INCRA, sobre a possibilidade de se ajuizar ação desapropriatória, bem como sobre o encaminhamento a ser dado.

A Provisão e Empenho no valor de R\$ 2.776.212,13 é referente aos imóveis denominados Saco – Lote 3 (R\$ 2.022.865,25), Sto Estevão/Vão dos Moleques (R\$ 143.557,80), Felicidade/Vão dos Bois (R\$ 541.662,69) e Lote 5-A/Lot. Moleque (R\$ 68.126,39), enquanto que o Empenhado-Liquidado e Pago no valor de R\$ 2.166.423,05 é referente somente dos imóveis denominados Saco – Lote 3 (R\$ 2.022.865,25) e Sto Estevão/Vão dos Moleques (R\$ 143.557,80); assim sendo, ficou como Resto a Pagar – RAP para o ano de 2012 o valor de R\$ 609.789,08 os imóveis denominados de Felicidade/ Vão dos Bois (R\$ 541.662,69) e Lote 5-A/Lot. Moleque (R\$ 68.126,39).

Além desses imóveis citado no parágrafo anterior foram pagos no ano de 2011 no valor de R\$ 7.439.266,39 com Resto a Pagar-RAP de 2010 os imóveis denominados de Larga da Boa Vista (R\$ 6.975.715,38) e Saco – Lote 2 (R\$ 463.551,01).

Deve ser esclarecido que o tamanho do território (aproximadamente 260.000 hectares), a quantidade de imóveis envolvidos e, principalmente a problemática dominial, foram fatores que tornaram impossível a execução das desapropriações no prazo decorrido. Assim sendo, devem ser tomadas providências no sentido

de uma reedição do Decreto. Nesse tempo, as ações inerentes ao Processo, no que tange as instruções processuais individuais devem continuar, a fim de adiantar os Processos, Deve ser ressaltado que, embora o quantitativo de vistorias e avaliações dos imóveis abrangidos pelo Território Quilombola Kalunga realizadas no ano de 2011 possa parecer pequeno, esse fato deveu-se principalmente, a dificuldade de instrução processual no que concerne à cadeia dominial de cada um dos imóveis. Nesse aspecto, várias tem sido as dificuldades de fechamento das cadeias dominiais, sendo esse o principal gargalo às desapropriações dos imóveis situados no Território Quilombola Kalunga. Os problemas vão desde à existência de inúmeras sobreposições, quebras de cadeia, além da existência de uma Ação Discriminatória, e da intervenção no cartório local.

Devido à dificuldade e/ou impossibilidade de fechamento das cadeias dominiais, vários imóveis que no ano de 2010 foram vistoriados e avaliados ainda continuam aguardando o fechamento das cadeias dominiais. Por esta causa, no ano de 2011 os trabalhos referentes à Ação 0859 focaram principalmente as pesquisas e elaboração de cadeias dominiais. Vários e vários processos foram examinados, envolvendo uma equipe de cinco (5) servidores, incluindo-se 2 servidores emprestados a outras Superintendências, que trabalharam de maneira quase ininterrupta nessa empreitada. Além disso, também trabalharam dois servidores emprestados de outras SRs na área de Topografia/Agrimensura, com a missão de identificar e delimitar os imóveis inseridos no Território. No entanto, apesar do enorme esforço dispendido, na maior parte dos casos não tem sido possível chegar à origem das matrículas ou, pelo menos, à sua exclusão da Discriminatória. Por isso, tem sido realizadas consultas à Procuradoria do Estado de Goiás. No entanto, em geral, além das respostas serem tardias, na maior parte elas são inconclusas. As exceções são justamente os processos que puderam serem encaminhados para descentralização de recursos e/ou ajuizamento das ações de desapropriação.

Portanto, a questão dominial é o grande gargalo que está emperrado os trabalhos de desintrusão do território quilombola Kalunga.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina dos Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrários não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.366.1350.4474	A	4	Trabalhador rural escolarizado	0	600	0	600	0	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0!	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não houve a ação 4474 – Educação de Jovens e Adultos, no exercício de 2011, pelo motivo da parceria entre INCRA e a Universidade de Brasília - UnB ter sido firmado no final do mês de dezembro de 2011, por meio de Destaque Orçamentário e publicado no DOU em dezembro/2011. O Projeto tem o objetivo de atender 600 jovens e adultos de Reforma Agrária em classes de 1º ciclo (alfabetização e segundo nível) e 2º ciclo (3º e 4º níveis) do primeiro segmento de EJA oriundos de projetos de assentamentos e acampamentos. Valor total do projeto é de R\$ 1.080.000,00 (um milhão, oitenta mil reais), para efeito de cálculo tomou-se como base o valor custo aluno/ano: R\$ 900,00 x 660 (alunos) x 02 (dois) anos. A 1º parcela repassada a instituição de ensino foi no valor de R\$ 11.785,00 (onze mil setecentos e oitenta e cinco reais). Motivo pelo qual são nulos os resultados das tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.6952	A	4	Profissional capacitado	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Não houve execução da ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, no âmbito da SR-28/DFE, motivo pelo qual são nulos os resultados das tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado	35	90	0	0	0	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
160.000,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

A Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária destina-se a garantir a formação profissional para qualificar os sujeitos e disponibilizar, em cada área de Reforma Agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

As metodologias de ensino utilizadas se desenvolvem por meio de alternância - tempo escola e tempo comunidade, como forma de articular os saberes aprendidos na escola e os saberes desenvolvidos nos Projetos de Assentamento, em que os alunos moram.

A demanda de alunos para os cursos de capacitação e formação profissional é apresentada pelos Movimentos Sociais, Sindicatos e Comunidade, os quais também são responsáveis por buscar instituições educacionais interessadas em realizar parceria com o INCRA para a prestação de serviços de capacitação e formação profissional em Projetos de Assentamento.

A elaboração de projeto de capacitação e formação profissional é realizada pela instituição de ensino interessada em conjunto com o INCRA. Posteriormente, a SR-28/DFE analisa o projeto emitindo parecer, o qual, sendo favorável, determina o encaminhamento do projeto ao INCRA Sede para análise e aprovação da Comissão Pedagógica do PRONERA Nacional.

Após a aprovação do INCRA Sede, o processo é devolvido à SR-28/DFE que o encaminha à instituição parceira para as devidas adaptações/correções, se houver. Em seguida, firma-se a parceria.

Segundo a tabela de execução física, percebe-se haver uma meta de formação de 40 (quarenta) jovens e adultos trabalhadores rurais, no Curso profissionalizante em agropecuária com ênfase em agroecologia. Parceria firmada entre INCRA e Instituto Federal de Brasília – IFB Campus de Planaltia-DF, por meio de Destaque Orçamentário com INCRA SEDE, publicado no DOU maio de 2011, valor total do curso é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), prevista meta na PO 2011. O valor total do curso teve como base o valor custo aluno/ano R\$ 4.000,00(quatro mil reais)X 40(quarenta) alunos X 02(dois) anos. Previsto o repasse de recursos em 02 duas parcelas, sendo a 1º para maio de 2011no valor de R\$ 160.000,00(cento e sessenta mil reais) e a 2º parcela no mesmo valor para maio de 2012.

O curso de educação profissional técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia é oferecido concomitante ao ensino médio, podendo os alunos que estejam cursando a 2º série do ensino médio em outra instituição, fazer a matrícula no curso técnico.

A duração do curso é de 02 (dois) anos, com carga horária de 2.454 horas, sendo 1.344 horas no tempo escola, 270 horas de estágio e 840 horas no tempo comunidade.

O curso esta sendo realizado no Instituto Federal de Brasília-IFB Campus de Planaltina-DF

Cabe ressaltar, contudo, a insuficiência de servidores para atender à demanda desta ação. Somente uma servidora tem acumulado a função de avaliar, acompanhar e fiscalizar os convênios firmados nesta e demais ações do Programa 1350.

As parcerias são essenciais na realização desta ação, considerando-se que a capacitação profissionalização é imprescindível para a melhora dos níveis sócio-econômicos nos Assentamentos de Reforma Agrária. Entretanto, o INCRA somente consegue executar esta ação através da parceria com instituições educacionais.

Não houve a ação 8370 – Formação profissional de nível Superior para Reforma Agrária no exercício de 2011, pelo motivo da parceria entre INCRA e a Universidade de Brasília - UnB ter sido firmado no final do mês de dezembro de 2011, por meio de Destaque Orçamentário e publicado no DOU em dezembro/2011. O Projeto de pós-graduação tem o objetivo à realização do curso de especialização em linguagem para 50(cinquenta) educandos e educandas para o aperfeiçoamento e aprofundamento dos processos formativos de educadores das escolas do campo. Valor total do curso é de R\$ 518.250,00 (quinhentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta reais), para efeito de cálculo tomou-se por base o valor custo aluno/ano: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) x 50(alunos) x 2(dois) anos. A 1º parcela repassada a instituição de ensino foi no valor de R\$ 169.000,00(cento e sessenta e nove mil reais). Motivo pelo qual são nulos os resultados das tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária para o curso de nível superior.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.800,00	17.200,00	12.479,23	100	11.179,23	89,58	11.179,23	89,58

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
2.944,33	2.944,33	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Os recursos apresentados na respectiva tabela são destinados às atividades meio, pois esta ação não possui meta física. A tabela de execução orçamentário-financeira apresenta uma previsão de liberação de recursos da ordem de R\$ 2.800,00 (dois mil, oitocentos reais) no exercício, muito embora a provisão efetivamente recebida tenha sido de R\$ 12.479,23 (doze mil quatrocentos e setenta e nove reais

e vinte e três centavos). Do recurso recebido, 100% (cem por cento) foram empenhados, sendo que deste valor, R\$ 11.179,23 (onze mil, cento e setenta e nove reais e vinte e três centavos) foram liquidados e pagos, correspondendo a 64,00% (sessenta e quatro por cento) da provisão recebida.

Esta ação financia as atividades necessárias às visitas às instituições parceiras para discussões a respeito das propostas apresentadas, visitas às demais instituições envolvidas com os cursos, o processo educacional e a certificação, participação em eventos, bem como, acompanhamento e fiscalização das ações 8370;

Referentes ao exercício, houve a execução de diversas atividades relativas a cursos firmados, bem como visitas aos assentamentos para conhecer as produções dos trabalhadores rurais na área de artesanatos e agroindústrias.

Foi realizadas visitas à Secretaria de Educação de Buritis/MG e Padre Bernardo/GO, para tratar da certificação dos educandos do projeto de educação de jovens e adultos, que foi firmado em dezembro/2011 com a Universidade de Brasília - UnB.

Foi realizada visitas a Escola Família Agrícola na cidade de Orizona de Goiás, a fim de verificar a emissão dos certificados dos ex-educandos do curso Técnico profissionalizante em agropecuária e agroecologia que aconteceu em 2007 a 2009. Tendo em vista, que os ex-educandos não foram certificados na época do término do curso, o problema foi resolvido, a direção da escola já providenciou a emissão dos certificados dos 13 educandos que concluíram o curso.

Foi realizada viagens em projetos de assentamentos para conhecer os trabalhos dos artesões que possivelmente poderão participar da VIII Feira da Agricultura Familiar.

Também, foi realizada viagem da técnica do Pronera SR08/SP, de São Paulo para Brasília, para efetuar a análise do projeto de educação de jovens e adultos executados em 2001/2003, a fim de apresentar relatório conclusivo quanto ao objeto do convênio CRT/DE/08000/01, também foi realizada a viagem da técnica da SR(28)/DFE, de Brasília para São Paulo, para concluir o relatório do convênio DRT/DE/04000/2006, do projeto de técnico em agropecuária e agroecologia, emissão dos certificados já providenciados.

Teve a viagem a cidade de Fortaleza/CE, para acompanhar o VII Congresso Brasileiro em Agroecologia, juntamente com os educandos e professores do curso técnico em agropecuária com ênfase em agroecologia. O sentido do congresso foi promover deliberações e orientações para ação e a construção de conhecimentos agroecológico a partir das reflexões coletivas. O congresso oportunizou aos alunos entendimento de criarem novas práticas de produção, voltada para agroecologia. Conscientizando-os do perigo do uso indiscriminados de produtos químicos. Além de incentiva-los na construção de sua autonomia, contribuindo para o processo de mundança no campo.

Lembra-se, porém, dos diversos limitadores à execução das ações vinculadas ao Programa 1350, os quais, indiretamente, afetam a ação 2272, que se destina às atividades meio das demais ações do Programa 1350. Destaca-se, contudo, nesta ação, a insuficiência de servidores para executar todas as atividades do Programa e a constante falta de veículo oficial para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das atividades pelas instituições parceiras.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina dos Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida	3.136	7.626	-	7.626	243,18	0

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
3.000.000,00	10.234.061,60	10.234.061,60	100	549.583,10	5,37	549.583,10	5,37

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

As tabelas de execução física e orçamentário-financeira demonstram uma execução de R\$10.234.061,60 (dez milhões, duzentos e trinta e quatro mil reais e sessenta centavos) na ação 4470 no decorrer do exercício 2011, estes dados trata de uma ação prioritária, pois se constituem em ação que visa garantir assessoria técnica às famílias assentadas, para seu desenvolvimento produtivo, bem como, a elaboração de estudos essenciais à estruturação do Projeto de Assentamento, como os Planos de Desenvolvimento (PDA) e de Recuperação (PRA).

As mudanças na norma que regula a prestação de serviços de assessoria técnica (ATES), com a edição da Lei 12.188/10 que estabelece a Chamada Pública com dispensa de licitação para contratação de serviços de ATES e elaboração de PDA's e PRA's, foram, em parte, responsáveis pelos dados apresentados nas tabelas.

O primeiro edital foi lançado no mês de novembro de 2010, prevendo a elaboração de 102 (cento e dois) PDA's e PRA's, abrangendo e a prestação de serviços de assessoria técnica à 11.078 (onze mil e setenta e oito) famílias, de 145 (cento e quarenta e cinco) Projetos de Assentamentos, sendo 90 (noventa) Projetos de Assentamento, com um total de 7.936 (sete mil, novecentos e trinta e seis) famílias localizados no Nordeste Goiano; e 55 (cinquenta e cinco) Projetos de Assentamento, constituídos por 3.142 (três mil, cento e quarenta e duas) famílias do Noroeste Mineiro. Neste contexto, respeitando os prazos de apresentação das propostas, análise das propostas pela equipe do INCRA, o contrato das empresas/entidades aconteceu no mês de abril de 2011, para a prestação de serviços de Ates e elaboração de PDA/PRA para três lotes, sendo os Núcleos Operacionais de Planaltina de Goiás, Cristalina e Unai I, visa atender 26(vinte e seis) projetos de assentamento e 1.295(um mil duzentos e noventa e cinco) famílias e elaboração de 17(dezessete) PRA/PDA, no valor total para os três lotes de **R\$1.706.357,29** (um milhão setecentos e seis mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove reais).

O segundo edital foi lançado no mês de junho de 2011, onde estava previsto a elaboração de 50(cinquenta) PDA's e PRA's e a prestação de serviços de assessoria técnica a 10.050 (dez mil e cinquenta) famílias, de 130 (cento e trinta) Projetos de Assentamentos, sendo 80 (oitenta) Projetos de Assentamento e 7.304 (sete mil e trezentas e quatro) famílias localizadas no Nordeste Goiano e 50 (cinquenta) Projetos de Assentamento, constituídos por 2.746 (duas mil setecentos e quarenta e seis) famílias do Noroeste Mineiro.

As propostas foram protocoladas na SR no mês de julho de 2011, e sua análise ocorreu nos dias 19 e 20 de julho de 2011, sendo que, dos 16 (dezesesseis) lotes previstos no edital, 10 (dez) lotes tiveram propostas aprovadas para a prestação de serviços de ATES, sendo que a contratação das mesmas ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2011, totalizando o valor de **R\$8.527.704,31** (oito milhões quinhentos e vinte e sete mil setecentos e quatro reais e trinta e um centavos), para atender 90 (noventa) projetos de assentamento e 6.331 (seis mil trezentos e trinta e uma) famílias no Nordeste Goiano e Noroeste Mineiro.

Por consequência dos dois editais lançados via Chamada Publica, a SR assinou, no exercício de 2011, 13(treze) contratos de prestação de serviços visando atender 116(cento e dezesseis) Projetos de Assentamento, elaboração de 51(cinquenta e um) PDA's e PRA's e para a prestação de assessoria técnica à 7.627(sete mil seiscentos e vinte e sete) famílias do programa de reforma agrária no Nordeste Goiano e Noroeste Mineiro, no valor de **R\$10.234.061,60** (dez milhões duzentos e trinta e quatro mil sessenta e um reais e sessenta centavos)

Apesar das limitações, a SR tem realizado esforço conjunto para garantir assessoria técnica às famílias assentadas, de modo que se lançaram dois editais nos exercícios de 2010 e 2011 e contratação das propostas analisadas e aprovadas nos meses de abril, novembro e dezembro do exercício de 2011.

Para os Projetos de Assentamento que não tiveram proposta aprovada e para os demais Projetos que não foram inseridos no edital lançado dever-se-á estar realizando nova Chamada Pública no exercício de 2012.

Considerando que a substituição do convênio pela Chamada Pública deverá apresentar resultados positivos quanto à prestação de assessoria técnica de qualidade e elaboração de estudos adequados aos normativos, em especial porque os pagamentos às empresas contratadas deverão ser realizados mensalmente mediante monitoramento.

Muito embora, haja uma preocupação quanto ao quadro de servidores da Superintendência para atender a demanda de Assessoria Técnica, a força de trabalho do Núcleo de Ates atualmente é composto por cinco servidores de carreira e uma terceirizada, necessitando em caráter de urgência de um processo de capacitação. Além disso, tem-se a insuficiência de veículos oficiais para atender a todas as demandas de fiscalização da SR-28/DFE, e os constantes cortes nos recursos para pagamento de combustível, aluguel de carros, manutenção de veículos e diárias, essas limitações podem impedir o bom desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização, acompanhamento, monitoramento a prestação dos serviços contratados.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.132.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.000,00	123.762,50	97.034,81	78,00	77.209,81	62,00	77.209,81	62,00

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
23.009,77	698,07	22.311,70	0,00

Fonte: SIAFI.

A execução orçamentária financeira, no Programa 1427, Assistência Técnica e Extensão Rural, estavam previsto na PO 2011 o valor de R\$100.000,00, para pagamento das custas de diárias, combustível e manutenção e aluguel de veículos com vista a dar suporte ao deslocamento dos servidores incumbidos com o acompanhamento, monitoramento e fiscalização das ações de ATES, previstas nos contratos de prestação de serviços, deste valor foi administrado ainda o deslocamento dos servidores para um curso de capacitação de asseguradores e fiscais de contrato, realizado no início do mês de dezembro de 2011.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria Solange dos Santos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0750.2000	A	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.724.357,00	4.060.369,64	4.057.369,36	99,93	3.558.643,31	87,64	3.553.516,30	87,52

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
------------------	----------------	-----------	-------------

1.218.328,15	20.809,09	1.187.686,72	9.832,34
--------------	-----------	--------------	----------

Fonte: SIAFI.

Pagamentos realizados destinaram-se a contratação de mão de obra especializada (terceirização), CEB, CAESB, telefonia fixo, local móvel e longa distância, locações de impressoras e edifício sede da Superintendência Regional, todos imprescindíveis ao bom andamento dos trabalhos e atingimento das metas atribuídas a esta Unidade.

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina dos Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Cobertura

Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimento na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principal Ação do Programa

2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.422.1433.8402	A	3	Família Atendida	-	1.148,00	-	1.148,00	-	-

Fonte: LOA 2011 e Relatório de monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	28711,12	28.711,12	100	28.711,12	100	28.711,12	100

Fonte: SIAFI, PO 2011 e Relatório de monitoria

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.047,70	0,00	1.047,70	0,00

Fonte: SIAFI.

Os recursos apresentados na respectiva tabela são destinados às atividades meio, pois esta ação não possui meta física. A tabela de execução orçamentário-financeiros apresenta uma previsão de liberação de recursos de ordem de R\$ 28.711,12(vinte e oito mil, setecentos e onze reais e doze centavos), repassados pelo

MDA para a execução de três mutirões relacionados a seguir: o primeiro no município de Cristalina/GO que abrangeu os Projetos de Assentamentos: Presidente Lula; Manacá e PA Vista Alegre; o segundo no município de Cavalcante/GO, na cidade e povoado Machado; o terceiro no município de Padre Bernardo/GO nos Projetos de Assentamento Jacinto Durães, Boa Vista e Distrito de Taboquinha/GO. Além disso, foi preciso todos os trabalhos de divulgação nos municípios citados acima e entrega de documentos nos municípios de Unaí/MG, Belo Horizonte; Formoso de Minas/MG e Mambai/GO, resultados dos mutirões de 2010, totalizando 1.397 (um mil, trezentos e noventa e sete) pessoas atendidas e 1.148 (um mil, cento e quarenta e oito) documentações concedidas.

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1000	614	-	614	61,40	-
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoriada	101000	83.269,2722	-	83.269,2722	82,44	-
21.631.0135.8374	P	3	Licença Ambiental	28	6	-	6	21,42	-
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida	19.900,00	24.718,76	-	24.718,76	124,21	-
21.122.0135.2272	A	-	-	NÃO HÁ	-	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	Família Atendida	1.014	2.430	818	3.248	320,31	3.248
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida	622	0	21	17	-	4
21.691.0137.4320	A	4	Família beneficiada	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.4358	A	4	Documento de titulação expedido	411	1337	-	1337	325,30	-
21.631.0137.2B06	A	4	Unidade de família de produção atendida	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.0427	OP	4	Família Atendida	2511	953	1637	2590	103,15%	1685
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	3.079	3.348	-	3.348	108,74	-
21.127.0138.4426	A	3	Área medida	-	-	-	-	-	-
21.127.0138.2110	A	3	Área regularizada	122	-	-	-	-	-
21.127.0138.8380	A	3	Área c/processo impetrado	-	-	-	-	-	-
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada	-	1450,00	-	1450,00	-	-
21.122.0138.2272	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado	48	43	-	43	89,58	-
21.631.1120.2109	A	3	Família Acampada Assistida	-	37350	0,00	-	5475,04	-
21.631.1120.2109	A	3	Família Acampada Assistida	-	37350	0,00	-	5475,04	-
21.631.1336.0859	OP	3	Área indenizada	12.409,00	2.941,4863	13.271,8489	16.213,3352	130,66%	-
21.366.1350.4474	A	4	Trabalhador rural escolarizado	0	600	0	600	0	0
21.363.1350.6952	A	4	Profissional capacitado	0	0	0	0	0	0

21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado	35	90	0	0	0	-
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida	3.136	7.626	-	7.626	243,18	0
21.132.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.122.0750.2000	A	-	-	-	-	-	-	-	-
21.422.1433.8402	A	3	Família Atendida	-	1.148,00	-	1.148,00	-	-

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹⁴

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	133088	21122013522720001	-	-	320.885,00
		133088	21122013722720001	-	-	986.127,32
		133088	21122013822720001	-	-	99.036,00
		133088	21122075020000001	-	-	4.060.369,64
		133088	21122135022720001	-	-	17.200,00
		133088	21122142722720001	-	-	123.762,50
		133088	21125013821050001	-	-	31.878,89
		133088	21127013821100001	-	-	97.025,25
		133088	21127133616420001	-	-	480.505,23
		133088	21183112042840001	-	-	14.492,97
		133088	21422143384020001	-	-	28.711,12
		133088	21606142744700001	-	-	10.234.061,60
		133088	21631013583740001	-	-	206.480,00
		133088	21631013583840001	-	-	72.679,00
		133088	21631013583870001	-	-	228.806,00
		133088	21631013743580001	-	-	68.776,00
		133088	21631112021090001	-	-	317.219,22
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	133088		13.100,00	-	-
		133088	21631013783960001	6.885.762,25	-	-
		133088	21631013544600001	-	20.305.303,99	-
		133088	21631013704270001	-	19.584.400,00	-
		133088	21631133608590001	-	2.776.212,13	-

Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte:
SIAFI

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	7.735.556,65	12.289.577,20	3.909.118,79	5.279.861,74
Convite	-	0,00	-	0,00
Tomada de Preços	2.156.741,35	293.600,60	372.540,29	0,00
Concorrência	1.466.256,66	8.285.960,06	-	2.511.750,38
Pregão	4.112.558,64	3.710.016,54	3.536.578,50	2.768.111,36
Concurso	-	0,00	-	0,00
Consulta	-	0,00	-	0,00
Registro de Preços	-	0,00	-	0,00
Contratações Diretas		1.577.914,91		1.347.531,96
Dispensa	11.779.184,80	1.346.652,23	1.885.881,97	1.219.936,58
Inexigibilidade	126.067,11	231.262,68	112.696,61	127.595,38
Regime de Execução Especial		94.122,43		94.122,43
Suprimento de Fundos	61.584,94	94.122,43	61.274,63	94.122,43
Pagamento de Pessoal		0,00		0,00
Pagamento em Folha	-	0,00	-	0,00
Diárias	-	0,00	-	0,00
Outros		19.398.053,58		6.496.454,06

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	17.166.522,47	8.029.676,75	17.166.522,47	8.029.676,75	0,00	1.385.778,56	6.662.240,50	6.287.614,99
1º elemento de despesa	1.905.704,20	1.677.833,92	1.905.704,20	1.677.833,92	0,00	47.027,60	1.713.444,83	1.374.554,36
2º elemento de despesa	11.839.919,98	1.148.578,96	11.839.919,98	1.148.578,96	0,00	593.761,56	1.778.446,56	733.649,47
3º elemento de despesa	934.307,69	2.021.994,78	934.307,69	2.021.994,78	0,00	1.200,00	932.608,68	2.020.066,80
Demais elementos do grupo	2.486.590,60	3.181.269,09	2.486.590,60	3.181.269,09	0,00	743.789,40	2.237.740,43	2.159.344,36

Fonte:

1 – Despesas de Pessoal

1º Elemento de despesa: 08 – Outros Benefícios Assistências

3 – Outras Despesas Correntes

1º Elemento de despesa: 37 – Locações de Mão-de-obra

2º Elemento de despesa: 39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

3º Elemento de despesa: 14 – Diárias – Pessoal Civil

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	6.888.900,66	14.039.782,18	6.888.900,66	14.039.782,18	0,00	6.229.755,95	867.680,69	2.532.102,28
1º elemento de despesa	3.622.998,01	8.579.560,66	3.622.998,01	8.579.560,66	0,00	6.049.004,19	372.540,29	2.511.750,38
2º elemento de despesa	5.140,40	201.103,66	5.140,40	201.103,66	0,00	180.751,76	5.140,40	20.351,90
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	3.260.762,25	5.259.117,86	3.260.762,25	5.259.117,86	0,00	0,00	490.000,00	2.648.110,12
5 – Inversões Financeiras	42.660.787,57	11.290.209,19	42.660.787,57	11.290.209,19	0,00	0,00	21.794.524,04	1.750.142,80
1º elemento de despesa	23.081.387,57	8.229.409,19	23.081.387,57	8.229.409,19	0,00	0,00	15.059.524,04	790.142,80
2º elemento de despesa	19.579.400,00	3.060.800,00	19.579.400,00	3.060.800,00	0,00	0,00	6.735.000,00	960.000,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Obs.:

4 – Investimento

1º Elemento de despesa: 51 – Obras e instalações

2º Elemento de despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente

5 – Inversões Financeiras

1º Elemento de despesa: 61 – Aquisições de Imóveis

2º Elemento de despesa: 62 – Crédito Instalação – INCRA

2.5 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	R\$ 3.916,30
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	46,15 %
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	25,6 %

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	1956/614 = 3,18
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	0,00
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	2292/614 = 3,73

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; □ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	24,43
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	60

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR. Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	60,53
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0,00

	1.141/2003 e 215/2006.							
--	---------------------------	--	--	--	--	--	--	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	36,13%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	8,15h
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	□ SIAFI e SICONV	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte: SIAFI

“não ocorreu no período”

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.682,26	0,00	0,00	2.682,26
2009	932,44	0,00	31,65	900,79
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	20.139.015,67	755.068,87	18.548.874,32	835.072,48
2009	19.796.607,10	2.765.256,68	17.031.350,42	0,00
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.1 Análise Crítica

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		120	1	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		120	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		118	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		1	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		121	1	3

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR – dez/2011, extração SIAPE fev/2012

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	13	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	13	3	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	10	2	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	2	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	15	3	3

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	3	11	28	53	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	3	11	27	53	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários			1		
2. Provimento de cargo em comissão	1	3	8	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	7	2	
2.3. Funções gratificadas			1	1	
3. Totais (1+2)	4	14	36	56	13

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	22	0	44	40	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		2	22		43	40			
1.3. Servidores CLT (Anistiados)					1				
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	2	0	3	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			2		1	10			
2.3. Funções gratificadas					2				
3. Totais (1+2)	0	2	24	0	47	50	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	6	4
1.1 Voluntária	5	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	6	4

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	4	4
1.1. Integral	4	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	8	0
3. Total (1+2)	12	4

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	3	4	2	R\$ 14.905,24
1.1 Área Fim	1	1	1	0	R\$ 3.922,43
1.2 Área Meio	2	2	3	2	R\$ 10.982,81
2. Nível Médio	3	3	3	3	R\$ 10.067,05
2.1 Área Fim	1	1	1	1	R\$ 3.443,99
2.2 Área Meio	2	2	2	2	R\$ 6.623,06
3. Total (1+2)	6	6	7	5	R\$ 24.972,29

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri-buições	Gratifi-cações	Adicio-nais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previden-cários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	R\$6.454.783,08		R\$572.815,02	R\$175.898,10	R\$707.635,86	R\$1.009.549,92	R\$719,27	R\$0,00	R\$35.464,70	R\$8.956.865,95
	2010	R\$6.185.343,67		R\$574.378,88	R\$183.461,91	R\$1.353.438,02	R\$824.935,82	R\$1.651,73	R\$8.063,40	R\$30.907,50	R\$9.162.180,93
	2009	R\$6.118.218,53		R\$572.209,92	R\$185.451,87	R\$832.495,67	R\$515.483,27	R\$4.893,12	R\$0,00	R\$28.908,84	R\$8.257.661,22
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										R\$0,00
	2010										R\$0,00
	2009										R\$0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										R\$0,00
	2010										R\$0,00
	2009										R\$0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		R\$283.089,38			R\$82.659,26					R\$365.748,64
	2010		R\$290.774,57			R\$113.751,89					R\$404.526,46
	2009		R\$298.484,83			R\$100.430,34					R\$398.915,17
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		R\$10.104,24			R\$9.148,78					R\$19.253,02
	2010		R\$8.574,54			R\$9.589,74					R\$18.164,28
	2009		R\$9.683,23			R\$1.721,19					R\$11.404,42

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 5.766,75
2010	R\$ 13.612,15
2011	R\$ 25.927,10

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Não se aplica.

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

Não se aplica.

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

Não se aplica.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno													
UG/Gestão: 2011						CNPJ: 02.360.944/0001-03							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	(L)	(O)	CRT 19.000/2010	01.757.138/0001-00	2010			X					(P)
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 13.13 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno													
UG/Gestão: 2011							CNPJ: 02.360.944/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	(O)	20.000/2010	02.685.728/0001/20	2010			x		x			
2011	1	(E)	14.000/2011	06.091637/0001-17	2011					x			(A)
2011	1	(O)	13.000/2011	13.183.890/0001-66	2011					x			(A)
2012	3	(O)	1.000/2012	01.360.016/0001-00	2012			x					(A)
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

- Absenteísmo;

Conclui que a quantidade de absenteísmo por parte dos servidores lotados nesta Superintendência Regional SR-28/DFE é comprovadamente inexistente, visto que no exercício de 2011 não houve faltas e nem atrasos relatados nas folhas de ponto.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

Não houve Acidentes de Trabalho e nem Doenças Ocupacionais. ▪ Rotatividade (turnover);

No exercício de 2011 foram exonerados servidores e não houve nomeação.

- Educação Continuada;

No exercício de 2011 foram realizadas capacitações de servidores visando aperfeiçoamento nas execuções nas atividades realizadas. ▪ Disciplina;

Os servidores se mostram disciplinados, mormente porque são sabedores dos seus direitos e deveres em Lei. ▪ Aposentadoria versus reposição do Quadro.

No exercício de 2011 houve aposentadorias, mas não houve nomeação para a substituição dos afastamentos.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA									
CNPJ: 02.360.944/0001-03				UG/GESTÃO: 373001/37201					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	702429	CONCRAB	3.404.701,00	231.984,00	0,00	0,00	31/12/08	31/12/11	1
1	723036	PM FORMOSA	706.100,66	52.930,66	261268,00	653.170,00	30/12/09	27/05/12	1
1	758751	PM ALVORADA DO NORTE	1.200.210,74	20.210,74	0,00	0,00	22/11/11	23/11/12	1
1	736521	PM ARUANA DE MINAS	1.314.458,00	14.458,00	250.897,63	1.300.000,00	16/06/10	28/05/12	1
1	764571	PM PADRE BERNARDO	789.445,60	23.683,35	0,00	0,00	19/12/11	19/12/12	1
1	751966	PM DE MAMBAI	677.643,57	16.017,57	661.626,00	661.626,00	17/12/10	16/08/12	1
1	735340	PM DE FLRES DE GOIÁS	2.202.783,37	53.019,10	0,00	1.351.280,16	21/06/10	28/05/12	1
1	764555	PM DE CABECEIRAS DE GOIÁS	844.673,48	19.673,48	0,00	0,00	19/12/11	18/12/12	1

1	751927	PM BURITIS	920.000,00	20.000,00	900.000,00	900.000,00	16/12/10	07/12/12	1
1	759069	PM DIVINÓPOLIS	509.058,38	19.058,38	490.000,00	490.000,00	14/12/11	13/12/12	1
3	754402	INST. NOVAS FROTEIRAS DA COOPERAÇÃO - INFC	757.295,38	7.497,97	749.797,41	749.797,41	31/12/10	12/03/12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ:	02.360.944/0001-03					
UG/GESTÃO:	373001/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	4	4	4	3.676.593,15	5.259.117,86	2.658.170,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1*	-	-	749.797,41	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	5	4	4	4.426.390,56	5.259.117,86	2.658.170,00

Fonte:

* Termo de Parceria:

Termo de repasse e termo de cooperação = Entidade Mãe para outra entidade Mãe (Ex.: Ministério para Sede, depois que a Sede passa para as Autarquias (SR-28) que vai executar).

Termo de compromisso = Descentralização da verba pública. Ex.: SR-28 repassar o dinheiro para Prefeitura (entidades).

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	10	12.098.039,52	5.356.076,16	6.741.963,36	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	1*	749.797,41	749.797,41	0	0
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	11	12.847.836,93	6.105.873,57	6.741.963,36	0

Fonte: *Termo de Parceria

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 02.360.944/0001-03			UG/GESTÃO: 373001/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	3	-	-
		Montante Repassado	2.252.727,59	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.000.000,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	3	-	-
		Montante Repassado	1.017.400,89	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
Fonte: SIAFI e SICONV					

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

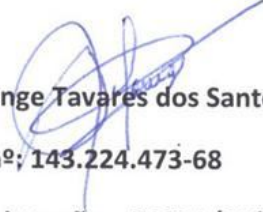
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 02.360.944/0001-03				UG/GESTÃO: 373001/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			3	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0	
			Contas Não analisadas	0	
		Montante repassado (R\$)		0,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	
			Montante repassado (R\$)	2.252.727,59	
2010	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	1	
			Montante repassado (R\$)	1.000.000,00	
2009	Quantidade de contas prestadas			3	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	3	
			Montante repassado	3.696.428,97	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	22	
			Montante repassado	7.059.353,67	

Fonte: SIAFI e SICONV

6.2 **Análise Crítica**

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
Eu, MARIA SOLANGE TAVARES DOS SANTOS, CPF nº 143.224.473-68, ocupante do cargo de Chefe de Administração no exercido 2011, na Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno – SR(28)DFE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 20 de março de 2012.
 Maria Solange Tavares dos Santos CPF nº: 143.224.473-68 Chefe de Administração – INCRA/SR(28)DFE

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	3	3	13
	Entregaram a DBR	3	3	13
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

Nesta Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno todas as pessoas que são obrigadas a entregarem a DBR de acordo com a Lei nº 8.730/93 entregaram em tempo hábil.

O controle de entrega, o qual é recepcionado em papel, e guarda da DBR é realizado pelo setor de Desenvolvimento Humano.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	Subtotal Brasil	Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

NÃO HÁ.

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Observação: Contrato nº 9.000/2009 - O objeto do presente contrato é a locação de 03 (três) prédios situados no SIA/SUL Trecho I, lotes 1730/1760, Blocos D, E e “PAB”, Brasília/DF totalizando área construída de 4.891,46m². O imóvel, objeto deste Contrato, destina-se ao funcionamento da SR (28) /DFE.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
Total							Σ	Σ

Fonte:
NÃO POSSUI.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Considerações Gerais: Item: Planejamento ✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada ✓ 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.					

Item: Recursos Humanos de TI ✓ 4 - Caso a unidade tenha contrato em vigor de suporte a TI, deve informar o quantitativo. Ex (Adm de rede: XX Técnico de Suporte: XX) ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição ✓ Item: Segurança da Informação ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição. Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI. ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades. ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos. ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos. ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações. ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição. 14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13.Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	133088	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adelcino M. Queiroz	075.043.141-53	0,00	0,00	600,00	600,00
Alberto M. de Paula	399.918.491-49	0,00	0,00	2247,05	2247,05
Álvaro Machado	270.827.841-04	0,00	0,00	337,98	337,98
Antonio c. dias de Castro	178.204.996-72	0,00	0,00	1747,90	1747,90
Antonio M. Araújo Filho	271.076.046-00	0,00	0,00	3069,66	3069,66
Bernadete Dias de Sousa	022.082.451-72	0,00	0,00	660,02	660,02
Erivaldo O. Rocha	008.500.391-34	0,00	0,00	462,72	462,72
Francisco J. do N. Rocha	225.261.881-72	0,00	0,00	242,01	242,01
Helio Celso G. Alves	115.503.091-53	0,00	0,00	760,00	760,00
Jose Carlos Rodrigues	153.845.461-68	0,00	0,00	4045,95	4045,95
Jose Costa da Silva	101.592.231-72	0,00	0,00	1470,09	1470,09
Jose H. dos Santos Neto	155.391.641-72	0,00	0,00	1608,59	1608,59
Marcio Clesio G. da Silva	523.849.691-53	0,00	0,00	2858,95	2858,95
Mauricio R. da Costa	119.645.291-15	0,00	0,00	1140,39	1140,39
Valdir dos S. Taveira	224.605.861-91	0,00	0,00	1806,00	1806,00
Wellinton R.Costa	279.500.501-87	0,00	0,00	1000,00	1000,00
Albertino de J. Gomes	176.308.71134	0,00	0,00	729,96	729,96
Delmair Zilmar de Oliveira	145.064591-72	0,00	0,00	912,38	912,38
Edson Formiga de Souza	524.649.381-49	0,00	0,00	807,73	807,73
Gilberto N. Guimarães	149.488.853-04	0,00	0,00	2824,31	2824,31
João Marcos Costa	153.730.021-00	0,00	0,00	2180,02	2180,02

Jose dos S. G. O. Filho	265.418.071-91	0,00	0,00	3343,27	3343,27
Luiz Cláudio N. Souza	275.243.101-53	0,00	0,00	786,67	786,67
Luiz P. Silva da Costa	186.640.831-34	0,00	0,00	2635,46	2635,46
Luiz Roberto da Silva	288.049.611-04	0,00	0,00	4718,30	4718,30
Manoel J. Pires Araújo	316.794.551-68	0,00	0,00	4740,12	4740,12
Marcelo Alves da Silva	008.788.771-18	0,00	0,00	2383,10	2383,10
Maria Auxiliadora F. Neto	357.790.981-15	0,00	0,00	1680,00	1680,00
Onofre Bernardino Gino	224.404.611-72	0,00	0,00	1873,39	1873,39
Paulo A. de C. Lopres	151.944.771-04	0,00	0,00	822,64	822,64
Sandro Jose de Souza	297.604.291-87	0,00	0,00	1580,08	1580,08
Simone Rosa Garcia	708.302.071-04	0,00	0,00	1346,34	1346,34
Total utilizado pela UG			0,00	57.421,45	57.421,45
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte: portal transparência e siafi

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)**Valores em R\$ 1,00**

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0	32	57.421,45	57.421,45
2010	0	0	27	89.611,70	89.611,70
2009	0	0	22	67.462,10	67.462,10

Fonte:

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR 28-DFE					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-007.608/2009-7	Nº 3110/2010 - TCU – 2.ª Câmara	1.5.1	Determinação	OFÍCIO N. 845/2010-TCU/SECEX-GO, de 05/07/2010, Ref. ao Acórdão n. 3110/2010 – TCU – 2.ª Câmara – Proc. TC-007.608/2009-7, Item 1.5.1 – Convênio SIAFI n. 535118
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 Determinar à Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno que adote providências relativas aos Convênios nºs 535118 e 559309, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da SR					
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento integral.					
Síntese dos resultados obtidos					
Instauração da TCE, no tocante ao convênio SIAFI 535118, firmado entre o INCRA/SR-28/DFE e a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, tombado sob o n. 54700.001568/2010-60, e atualmente encontra-se com a Comissão Permanente de TCE, para os fins de notificação e registros devidos. Seguem os comprovantes em anexo. Com relação ao convênio SIAFI 559309, também objeto de determinação contida no Acórdão, informamos que o mesmo não é de alçada do INCRA, e sim do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, outra unidade gestora, e que portanto tal determinação escapa à competência desta Regional, conforme cópia anexa. Tudo respondido pelos expedientes: OFICIO/INCRA/SR 28 – DFE/GAB/N.º 1261, de 01 de setembro de 2010 e OFICIO/INCRA/SR 28 – DFE/GAB/N.º 1262, de 01 de setembro de 2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

NÃO HÁ.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

Sugestão de nota explicativa:

Está em elaboração no âmbito da Autarquia o SICCI – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da GRU – Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.

Dada à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Na oportunidade foram apresentados a situação atual do desenvolvimento do SICCI, da cobrança do crédito, bem assim os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.

Enquanto não entrar em vigor da cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO D	
Denominação completa (UJ)	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a)..... b)..... Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Local	
Contador Responsável	

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

**Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão –
Superintendências Regionais do INCRA**

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- Quadro reduzido de servidores para execução dos trabalhos de campo, como por exemplo, acompanhamento das ações de atas, créditos, vistoria e avaliação de imóveis, e contador para análise de processos de convênios.
- Redução de recursos financeiros para atender demandas desta SR(28)DFE, tais como diárias, investimentos e obtenção de terras, em conformidade ao Decreto nº 7.446//11